

in Crónica Açores (DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES) <http://www.scribd.com/doc/39955110>

ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras <http://www.calendario.pt/index.php?id=246&cat=203&pid=55>

CRÓNICA 58. SAUDADES E MEMÓRIAS TRANSMONTANAS, SETº 2008
58.1. VIAGENS INESQUECÍVEIS DE TEMPOS JUVENIS

Sei, porque me contaram, - que pelos dois anos de idade - fui visitar as berças a Trás-os-Montes (a aldeia da Eucísia em Alfândega da Fé) donde a família da minha mãe era originária. Contraí uma primo-infeção gravíssima tendo sido assistido pelo Dr. Miranda, único médico da vila de Alfândega, que na sua santa ignorância diagnosticou qualquer outra coisa e disse que a pequena e débil criança que eu era não tinha hipóteses. Ainda bem que sobrevivi para vos contar que fui levado de emergência para o Porto onde fui devidamente diagnosticado e tratado a tempo.

A primo-infeção ocorre quando a pessoa entra em contacto com o bacilo. Onde a tuberculose é endémica, a possibilidade de o contacto ocorrer até os 10 anos de idade é muito grande. O bacilo de Koch é expulso nas gotículas que eliminamos pela respiração e tosse, precisam medir 5 micro, uma unidade muito menor do que um milímetro, para percorrer as 23 divisões do aparelho respiratório (nariz, traqueia, brônquios, etc.) e alcançar os alvéolos, na parte final dos pulmões (têm forma de um pequeno saco redondo). Sentindo a presença do bacilo nos alvéolos, as células de defesa, ou macrófagos, o abarcam e pedem ajuda para os linfócitos, outro tipo de células de defesa, que erguem uma paliçada em torno das primeiras que exerceram a fagocitose. Isso forma um granuloma, ou seja, um microcaroço, que será recoberto de cálcio para enterrar literalmente o bacilo. Por isso, nas radiografias de tórax, é comum encontrar um nódulo calcificado consequência da primo-infeção por tuberculose. Não tem significado patológico e deve ficar onde está. A partir dos alvéolos, o bacilo pode invadir a corrente linfática e parar num gânglio, outro órgão de defesa do organismo. Ainda não existe vacina contra esta infeção que pode debilitar e matar um bebé de tão tenra idade.

Será conveniente recordar que as distâncias eram avassaladoras, apesar da pequenez do país. Havia comboios regionais e os transportes entre distâncias pequenas eram quase como travessias dos mares alterosos nos infindos oceanos no tempo das Descobertas. Uma viagem entre Trás-os-Montes e o Porto era uma epopeia remanescente da homónima marítima. Os comboios a vapor, abastecidos a carvão, raramente excediam os 20-40 km/h pelo que a viagem horrorosa ficou para sempre gravada na memória dos pais que a narravam, vezes sem conta, a quem não sabia da desventura. Além de não ganharem para o susto com o filho único, privaram-se das suas almeçadas e merecidas férias.

.... Enquanto os avós paternos iam em dois carros (após o fim da primeira grande guerra) até Paris, com filhos e pessoal doméstico, (como o pai nunca se cansou de recordar como a memória mais marcante dos seus tenros anos), eu evocava as idas a Trás-os-Montes, na infância, viagens históricas na velha e sinuosa estrada nacional nº 15 do Marão. Do Porto a Alfândega da Fé era um dia completo, uma tarefa demorada, cansativa e pejada de perigos. Tempos antes, mais do que um dia tinham demorado os avós maternos que, ao casarem por volta de 1920, resolveram passar a lua-de-mel em viagem no percurso de Bragança ao Porto em carruagem ou diligência da mala-posta. Era o único meio de transporte, à época, sem a pompa dos coches, sem o romantismo das seges e tipoias e sem o misticismo das caravanas ou diligências do oeste bravo nos EUA. Não havia índios selvagens, mas era terreno fértil para assaltantes e saqueadores, prática que se manteve até ao séc. XX.¹

¹ Não muito antes, e perto do Porto, havia o famoso Zé do Telhado, alcunha de José Teixeira da Silva, nascido em 1818 na aldeia de Castelões, Penafiel, filho de um Capitão de ladrões. Foi um famoso salteador e Chefe da quadrilha mais famosa do Marão. Executou um grande número de assaltos no norte entre 1842 e 1859, ficando conhecido por "roubar aos ricos para dar aos pobres". Em 1845 casou-se com uma prima e foi

A velha EN 15² ligava Ermesinde, Amarante, Vila Real, Mirandela e Bragança. Na longa e sinuosa EN 15, ou noutras estradas para Trás-os-Montes, o maior tormento da viagem era quando se encontrava um velho autocarro de passageiros, de fabrico anterior à 2ª Grande Guerra, servindo de carreira (de passageiros), arrastando-se penosamente, montanha acima, por entre nuvens de fumo do poluente gasóleo. Penava-se atrás dele, um inferno. As pessoas a tossirem. Com o calor de verão não se suportavam janelas fechadas. Ultrapassar, só se o condutor fosse simpático e se desviasse ou parasse. A estrada não comportava a modernice das ultrapassagens. Mas havia paciência, as pessoas não viviam numa lufa-lufa como hoje e aceitavam como inevitabilidade do destino o que se lhes deparava, mesmo que fosse seguir na peugada de um velho machimbombo fumegante durante quilómetros a fio. Por vezes, entre vilas ou aldeias, surgia a paragem de passageiros, muitas vezes não assinalada e sem abrigo para se resguardarem da inclemência dos elementos. Outras vezes, havia um motorista simpático que deixava sair um habitante fora da paragem e perto da área de residência. Essa era, frequentemente, a oportunidade única de se fazer a ultrapassagem a velocidade moderada na estreita rodovia onde mal cabiam dois veículos, lado a lado. Os carros circulavam então, nas subidas, em primeira ou segunda velocidade que essas modernices de cinco e seis velocidades também não tinham sido inventadas. As estradas tinham poucas retas e não eram suficientemente compridas para se adquirir velocidade e ultrapassar, pelo que se ia a penar atrás da viatura pesada.

Nas estradas em macadame, terra e brita³ batida, o pesadelo era bem pior, pois aos fumos tóxicos acrescentava-se a poeira fina e miúda, penetrante como areia do deserto, que se infiltrava nas narinas e nos poros e obrigava a um banho após a chegada ao destino. Seguir na peugada doutro veículo significava guiar às escuras por entre espessas nuvens de pó. A esta distância temporal, parecem cenas de um filme mudo, a preto e branco, tão difícil é descrever o que se perdeu na memória.

Imagem sempiterna era a dos cantoneiros, que trabalhavam de sol a sol, levando a mão à aba do chapéu para saudar o atrevido viandante que se afoitava a ir às terras do fim do mundo, especialmente à Eucísia, perdida naqueles montes sobranceiros ao majestoso e fértil Vale da Vilariga. Vestiam umas soturnas fardas cinzentas para que não se visse o pó que os cobria. A eles competiam as pequenas obras de manutenção da estrada, a reparação dos muretes derrubados, a pintura dos troncos das árvores, e o trabalho infindo de apararem as silvas e arbustos que das bermas irrompiam para o leito da estrada. Nas estradas asfaltadas, também lhes pertencia acrescentar umas pazadas de piche quente sobre o asfalto esburacado pela inclemência do clima transmontano. Se bem que, nalguns casos, trabalhassem em grupos, a maioria trabalhava em parelhas de dois ou solitariamente. Viviam normalmente nas cercanias das áreas de trabalho para onde se deslocavam após longas caminhadas. Noutros casos, passavam os meses acantonados nas célebres casas de cantoneiros, bem típicas pela sua construção, e que hoje, infelizmente, estão abandonadas e degradadas por todo o país, sem que alguém tivesse a coragem de as reabilitar e converter para Turismo Rural ou qualquer outro fim.

Os carros na conturbada viagem do Porto a Trás-os-Montes gastavam quase tanto de óleo e água como gasolina. O gasóleo era para tratores e autocarros que se debatiam, serra acima, poluindo e deixando quem vinha atrás acossado pela tosse da inalação dos gases. A gasolina sem chumbo não fora inventada (havia Normal de 88 octanas e Súper de 91 octanas, hoje temos 95 e 98 octanas). Havia poucos postos de abastecimento e era necessário programar os consumos para não se ficar parado sem gasolina. Na viagem até Trás-os-Montes, ao aproximar-

preso em 1859 quando tentava fugir para o Brasil. Na Cadeia da Relação, conheceu Camilo Castelo Branco e em 1861 foi condenado ao degredo em África. Viveu em Malanje, fez-se negociante de borracha, cera e marfim. Casou-se com uma angolana, Conceição, de quem teve três filhos e morreu de varíola em 1875.

² A denominação EN, Estrada Nacional surgiu após a República. No plano de 1889, a rede incluía as Estradas Reais (nacionais), as Distritais (regionais) e as Municipais (locais). Em 1910 a designação "Estrada Real" foi substituída por "Estrada Nacional". As atuais Estradas Nacionais são as do Plano Rodoviário de 1945 que classificava as Estradas Nacionais em três classes: as de 1ª classe numeradas de 1 a 125, as de 2ª classe de 201 a 270 e as de 3ª classe, de 301 a 398. Os números de 1 a 18 eram reservados aos Itinerários Principais, correspondendo às estradas que ligavam as capitais de distrito entre si e a estradas com origem em Lisboa e Porto.

³ Consiste em assentar três camadas de pedras numa fundação com valas laterais para enxugo da água da chuva. As duas primeiras, a uma profundidade de 20 cm recebem brita, a terceira leva 2 camadas de pedra. Cada camada é calçada com um cilindro, fazendo com que as pedras se acamem umas nas outras.

se a árdua e sinuosa subida do Marão, ressoavam sempre as palavras do velho adágio popular “Para cá do Marão mandam os que cá estão”. Nesse tempo, tal como hoje, não se tratava de uma manifestação reivindicativa, nem de uma afirmação independentista, mas apenas da contestação ao abandono a que as suas populações estavam, e estão, votadas. Não eram só a distância e as dificuldades de comunicações, terrestres ou outras, que dificultavam as ligações ao poder em Lisboa, fosse ele real ou republicano. Havia um profundo desdém da “corte”, desde tempos imemoriais, pelos provincianos transmontanos, considerados atávicos e atrasados. Isso explica as más ligações rodoviárias, ferroviárias, telegráficas e telefónicas a essa parcela distante. Ainda hoje serve para explicar a dilapidação do rico património turístico das linhas de caminho-de-ferro, retiradas pela calada da noite, como entre Bragança e Mirandela, ou após extraordinários acidentes, na Linha do Tua, que ninguém sabia explicar, mas que eram excelentes desculpas para desativar uma via em nome da segurança.

Nos anos 1950 e 60, a viagem até Vila Real, era coisa para demorar três horas e meia pela lenta e sinuosa Serra do Marão. Não era aconselhável fazê-la de noite. Um tio meu andava sempre com uma pistola, no porta-luvas do carro, para os encontros prováveis de primeiro grau que podiam acontecer em plena década de 1960. Nunca se sabiam quando apareceriam os meliantes, uns pobres diabos em busca de uns dinheiros trocados e pouco mais, que a tanto não ajudavam nem a arte nem o engenho. Eram tempos de miséria no interior de Portugal, o espectro da guerra colonial e a fome eram perspectivas comuns aos que não tinham conseguido pagar aos “passadores” que “a salto” lhes prometiam as Franças e Alemanhas do seu contentamento. Ali seriam tratados como escravos, mas teriam trabalho e pagar-lhe-iam as jornas com que mais tarde iriam construir uns mamarrachos conhecidos como casas de emigrantes que hoje poluem os montes e vales de muitas das aldeias do norte de Portugal.

O Opel Olympia 1955 do avô fumegava enquanto pachorrentamente subia a Serra do Marão. Quando, por vezes, se desviavam para visitar os primos (Pinto de Magalhães⁴) cuja velha casa senhorial era em Ribalonga, S. Mamede de Riba Tua, no Concelho de Alijó, o carro tinha de parar várias vezes na íngreme elevação. Tinha dificuldade com as temperaturas elevadas que se faziam sentir na abrupta subida de Murça, se não se refrescasse o radiador com água e o motor com óleo. Conta-se que se assavam sardinhas nos carris do caminho-de-ferro na estação do Pocinho, um pouco adiante, onde a temperatura à sombra andava sempre pelos 40 °C ou mais no verão... No longo trajeto da viagem (de mais de 200 km) havia inúmeras passagens de caminho-de-ferro. Tratava-se de uma linha de via única para os comboios a vapor que, há sessenta anos, faziam aquele itinerário, ligando o litoral ao interior, ora por entre calor abrasador, ora entre chuva, trovoadas e neves inverniais. Esperava-se uma eternidade, 15 minutos ou mais, até o comboio passar à estonteante velocidade de 30 km/h, apitando a todo o vapor, pressuroso e temeroso de quem ousasse atravessar-se na estreita via sulcada. Serpenteava a maior parte do tempo à vista da estrada, entremeada de curvas e contracurvas, desbravadas por entre montes cortados à pá e picareta no séc. XIX. No Brasil foram os escravos quem fez esse trabalho, em Portugal eram homens livres e alguns, poucos, degredados pois estes tinham a irritante tendência para desaparecerem e nunca mais serem vistos. Essas rodovias, de macadame (brita e saibro compactados por um rolo ou cilindro), só começaram a ser asfaltadas em finais de 1950 e estavam engalanadas ao longo do seu trajeto com troncos de árvores pintados a branco (carvalhos, castanheiros, o que calhava), como ainda se observa nos Açores. Era uma moda do pós-guerra em nome da segurança rodoviária. Não se tinham inventado os “rails” de proteção e as estradas de montanha tinham uns pequenos muretes, de quarenta por vinte centímetros, que protegias as viaturas e separava o leito do abismo, centenas de metros abaixo.

Quando havia um acidente e se saía da estrada, tinha de se ter muita fé e esperar que alguém passasse. Tudo dependia da sorte, do dia e da hora a que o acidente ocorresse. O movimento era reduzido, mas podia haver a felicidade de passar um carro de praça, nome dado aos táxis no interior. Ou poderia passar uma camioneta de carreira (podiam passar uma vez por semana). Turismo então não se fazia e poucos dispunham de viatura particular para se

4 Altino Amadeu Pinto de Magalhães (n. a 8 de maio de 1922) é um general do Exército português, na reforma. Foi nomeado Governador Militar dos Açores, em janeiro de 1975, funções que desempenhou até 29 agosto 1976. Nesse período de tensões autonomistas registaram-se graves incidentes. Acumulou o cargo com o de presidente da Junta Regional dos Açores, de 26 agosto 1975 a 29 agosto 1976

deslocarem, usando os lentos transportes públicos, fossem eles o caminho-de-ferro ou a “carreira”, onde eram igualmente transportados víveres e o correio das cidades para o inacessível interior. Não havia telemóveis nem postos de telefone “SOS” na berma da via que seguia, muitas vezes, o caminho dos velhos postes dos telégrafos que existiam nas cidades e vilas onde começaram a ser colocados na segunda metade do séc. XIX (1856 - 1878). Ali, posteriormente surgiriam os telefones (1882 - até 1960), embora fossem considerados um luxo ao alcance de poucos. A generalização do serviço telefónico nacional e das centrais automáticas, só estaria concluída no final de 1980.

O comboio da Linha do Douro ia do Porto à Régua e ao Tua, e ali se mudava para outro comboio mais lento ou a automotora até ao Pocinho. Depois ia-se de carro até à Junqueira, estrada sinuosa que hoje mantém o mesmo traçado bonito (há uma alternativa ao lado em itinerário IC), mas arrepiante e daqui em diante eram mais uns 20 km em estrada de terra batida para Alfândega da Fé, e seis ou sete quilómetros até à Eucísia que teria uns 800 habitantes nessa época, bem mais do que os 170 que lá habitavam em 2005 ou 40 em 2010...

A linha ferroviária fazia parte dum projeto ambicioso de caminho-de-ferro até Zamora, Espanha, que nunca foi completado. Em setembro 1887 foi inaugurada a Linha do Tua (entre o Tua e a cidade de Mirandela), nove anos depois da apresentação do projeto. Em dezembro 1906, concluiu-se a extensão até Bragança, que previa a ligação a Vinhais e até Espanha que nunca se concretizou, seguindo o vale do Tuela ou o planalto entre o Tuela e o Rabaçal, mas a dureza do traçado superaria o do Baixo Tua onde a linha acabou por avançar. Em meados de 1940, a Linha do Tua passa da CN⁵ para a CP que em 1992 encerra a circulação no troço Mirandela e Bragança, de 80 km, e em julho 1995 inaugura o Metro de Mirandela, que possibilita a reabertura da linha entre a cidade e a localidade de Carvalhais.

Em abril 1910, o distinto bragançano Abílio Beça, um dos principais promotores da linha, morreu trucidado por um comboio. Da estação do Tua (partilhada com a Linha do Douro) à estação de Bragança, a distância total é de 134 km. A Linha do Douro avançava vinda do Porto com destino à fronteira com a Espanha, em Barca d'Alva. A Linha do Tua registou em 120 anos de exploração um único acidente mortal. Desde que a construção da Barragem do Tua ganhou o apoio da EDP e do Governo houve 4 acidentes, e a perda de 4 vidas que ensombram o futuro da linha paradisiaca, ameaçada pela construção da nova barragem. Há quem suspeite de sabotagem, mas ninguém o diz.

A história da linha conta-se assim: em 22 junho 1882 a Câmara de Mirandela apresentou à Câmara dos Pares do Reino a aprovação do projeto de lei para a subvenção de 135 contos de réis, para cobrir a garantia de juro de 5% para a empresa que viesse a construir a Linha do Tua. Em 11 janeiro 1883, a Linha do Douro chegaria à estação do Tua, a Câmara de Mirandela apelou ao Rei D. Luís I para a aprovação da Linha do Tua, com o apoio da Associação Comercial do Porto, que pretendia salvaguardar os seus interesses ao dar mais força ao Vale do Douro como via de transporte, em detrimento de vias mais a Sul, como Aveiro a Vilar Formoso. Em 26 abril 1883, é lançado em Carta de Lei o concurso para a construção da Linha do Tua, ficando ao Conde da Foz adjudicada a obra; viria a trespassá-la à Companhia Nacional de Caminhos-de-Ferro (CN - cujo símbolo é ainda visível na estação de Bragança), em dezembro desse ano. O grupo que construiu a primeira fase da Linha do Tua (até Mirandela) foi o mesmo que veio a construir a Linha do Dão (Sta. Comba Dão - Viseu), primeira via-férrea a chegar a Viseu, antes da Linha do Vouga. Em 26 maio 1884 é confirmada a adjudicação da obra à CN, assinando-se o contrato definitivo em 30 de junho. A 16 outubro, a Linha do Tua começa a ser construída, a partir de Mirandela, rumo à Foz do Rio Tua.

A obra teve nos primeiros quilómetros uma tarefa facilitada, um vale aprazível e plano, até chegar a Abreiro, com uma única ponte metálica de pequenas dimensões no Cachão. No entanto, Abreiro tornou-se o prenúncio de uma obra extraordinária. Fruto das dificuldades do terreno, o engenheiro responsável deixou o lugar vago, dando lugar a um notável engenheiro do

⁵ - Companhia Nacional dos Caminhos-de-Ferro

séc. XIX, o açoriano Dinis da Mota, que deixou a sua assinatura na Linha do Dão. Com Abreiro ultrapassado coma maior ponte metálica até então necessária, o Vale do Tua volta a dar tréguas. A partir da Brunheda, entra-se no Baixo Tua, a fase mais épica da construção. Em apenas 10 km, a partir da estação do Tua, foram necessários dois viadutos e uma ponte (Presas, Fragas Más e Paradela), e cinco túneis (Presas, Tralhariz, Fragas Más I e II, e Falcoeira). Estes, particularmente na zona das Fragas Más - garganta do vale formada por rochedos titânicos, foram conquistados à Natureza com métodos e homens temerários como os que ficavam presos a uma corda na plataforma elevada nas escarpas, baixados até à via, onde acendiam o rastilho da dinamite e eram rapidamente subidos para a plataforma, antes de a encosta vomitar pedaços de rocha. A 27 setembro 1887 a Linha do Tua era inaugurada, com a locomotiva E-81 batizada Trás-os-Montes, e conduzida pelo próprio Dinis da Mota. Em Mirandela, a grande estação (a maior de via estreita) acolhia muitas figuras ilustres e El-Rei D. Luís I.

O troço Carvalhais - Bragança encontra-se encerrado a todo o tráfego ferroviário desde 1992. Em dezembro 1991 se encerrou o troço Mirandela - Macedo de Cavaleiros, deixando o troço até Bragança isolado da rede nacional. Poucos dias depois, um descarrilamento em Sortes veio ditar o encerramento do troço Macedo - Bragança. A operação de encerramento definitivo do troço até Bragança ocorreu de noite, sem aviso prévio, e simultaneamente em Bragança e Macedo de Cavaleiros. Foi registada a presença de forças policiais, para evitar o registo de imagens, e para afastar a população, que ao saber da operação ocorreu às estações destas localidades. Para evitar a possível recuperação da via, todo o material circulante estacionado foi retirado por via rodoviária. Foi relatado nessa noite um súbito corte nas telecomunicações. Devido a estes acontecimentos, o evento é recordado como A Noite do Roubo.

Pois bem, tive uma infância e juventude que só mais tarde apreciei na plenitude. Recordava-me dos avós maternos me levarem de férias para Trás-os-Montes pela primeira vez sem os pais. Que liberdade, que frescura, que lufada de vida aquilo não fora. Pelas fotos teria uns 5 anos nessa primeira grande viagem histórica no Opel Olympia preto, matrícula IB-17-55. E como fumegava a subir a estrada! Depois na memória ficavam as curvas rápidas e sinuosas depois do Pópulo e de Alijó, até Carrazeda de Ansiães antes de Vila Flor, descendo à Junqueira e subindo a Alfândega da Fé.

A gasolina sem chumbo não fora inventada e os termómetros tinham mercúrio! faziam as delícias dos mais novos quando se partiam e o mercúrio não se desfazia, rolando numa pequena bola maleável.... O tabaco ainda não fazia mal e era glamoroso, o cancro era uma palavra quase desconhecida.

Anos mais tarde começou-se a encurtar caminho pelo Pópulo, depois Murça, até Mirandela, passando pela então recém-aberta estrada de montanha na Serra de Bornes (ainda hoje o traçado é o mesmo). Saía-se do Porto de manhã, bem cedo, parava-se em casa dos tios Nóbrega Pizarro em Alijó para almoçar⁶ e depois recomeçava-se para chegar ao cair da noite à aldeia.

58.2.1. A CASA DOS CONDES DE VIMIOSO

Como diria Miguel Torga, "*Vê-se primeiro um mar de pedras...oceano megalítico...*" no Reino Maravilhoso, com nove meses de inverno e três de inferno. O mar de pedras irá emprestar-lhe o olhar, para conhecer as ondas deste Reino de Trás-os-Montes, certamente ninguém lhe ficará indiferente.

⁶ (ou a partir de 1964 em Vila Real, na Praça Diogo Cão, depois na Rua D. Afonso III). Os tios tiveram um VW Carocha bege (OO-14-18), um cinzento Opel Rekord, antes do desportivo Talbot (Sunbeam) Rapier Fastback Coupé 1967 e acabaram no topo de gama BMW.

Vimioso (em mirandês Bumioso) é uma vila no Distrito de Bragança, com 1 200 habitantes com catorze freguesias, o concelho é limitado a norte pela Espanha (Alcanices), a leste por Miranda do Douro, a sul por Mogadouro, a oeste por Macedo de Cavaleiros e a noroeste por Bragança. Em duas aldeias, Angueira e Vilar Seco, fala-se mirandês. Há registo de falantes em Caçarelhos, mas terão desaparecido nos últimos anos. Correm aqui os rios Angueira e Maçãs, Vimioso tem vestígios de ocupação castreja, como o Cabeço de Atalaia, sobranceiro à vila. Tornou-se sede de Concelho em 1515, ganhando autonomia em relação a Miranda do Douro e de interesse sobressai o Castelo de Algosó (séc. XIII), inexpugnável e oferecendo bela panorâmica da paisagem selvagem e rude. Sobre um promontório alcantilado, no topo do Cabeço da Penenciada, a uma altitude de 681 m. é rodeado pelos profundos vales dos rios Angueira e Maçãs. Subsiste a torre de menagem, com três registos de ocupação, sendo dois de habitação e o último de defesa. Argozelo guarda alguns castros e há pontes romanas nos rios Sabor, Angueira e Maçãs, o magnífico Cruzeiro de Caçarelhos do séc. XVIII e as grutas de Sto. Adrião, com mármore e alabastro.

Vimioso é de muito remota origem, sendo nomeado nas Inquirições de 1258, D. Afonso III. Recebeu foral e foi constituído Concelho por D. Manuel I. Foi um ponto de defesa fronteiriça, mas quase nada resta do castelo, a fachada da Igreja Matriz (concluída em 1570), com duas torres e um teto magnífico no interior, é um importante templo maneirista, há o Pelourinho e casas brasonadas, as ruínas do Solar dos Marquês de Távora. Até aos anos sessenta, antes do surto de emigração, Vimioso era rico em produtos agrícolas como o vinho, o azeite, o trigo, o centeio, a batata. A existência de boas pastagens e boas terras para forragens proporcionava a criação em grande escala, de gado bovino, ovino e caprino. A carne de raça mirandesa é muito apreciada por ser de boa qualidade. Constituía também uma boa fonte de rendimento a cultura da vinha, da oliveira dos cereais e da batata.

Vimioso faz parte da continuação do Planalto Mirandês, onde os rios Sabor, Maçãs e Angueira, tiveram importância pela quantidade e qualidade de peixe. Nas margens havia inúmeros moinhos onde se moía o trigo e centeio que constituíam a base da alimentação. Em todas as freguesias do Concelho se faz a matança do porco, mas a população já não tem condições para criar estes animais. O fumeiro é de grande qualidade. As alheiras ou tabaféias são excelentes, a chouriça, o salpicão, o butelo, o azedo, o chaviano, são muito apreciadas. Não se alterando a tendência de envelhecimento, dentro de poucos anos pode assistir-se a uma desertificação acelerada. Há uma grande percentagem de pessoas quase analfabetas, e muito ligadas a métodos e processos antigos. A população de Vimioso vive bem, sem situações de pobreza extrema, talvez porque as pessoas se habituaram a uma vida com bastantes limitações. Digno de menção é o sotaque e pronúncia da população de algumas freguesias, Argozelo, Carção e Santulhão, e em especial Campo de Víboras e Vimioso influenciadas pelo sotaque mirandês.

Ali fui pelos sete anos para a casa do avô materno (e que redescobri em férias na Europa em 1980, 1995 e a partir de 2002 quando vivi em Bragança).

Trata-se de uma velha casa brasonada que ostenta o brasão dos Condes de Vimioso, título criado por D. Manuel I, Rei de Portugal por carta de 02-02-1515 a favor de D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso, neto do Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença, filho primogénito do 1.º duque de Bragança D. Afonso, e neto do Rei D. João I.

A casa foi habitada pela família da minha bisavó Maria de Moraes⁷, desde tempos incertos sendo interrompida quando o avô a vendeu por volta de 1960. A minha mãe voltou a vê-la

⁷ A obra do Abade de Baçal “Memórias Arqueológicas – Históricas do Distrito de Bragança (vol. VI – Os fidalgos)”, refere a origem dos Moraes: “...a vinda para esta região de uma linhagem de sangue azul, pertencente ao Reino de Aragão, cujo expoente principal foi Estêvão Peres del Moral. Este era (1107) alcaide da torre del Moral na antiga Sória. D. Afonso I de Aragão mandou povoar a Sória pelos anos de 1119 e vieram linhagens de fidalgos cuja principal foi a dos Moraes que defende que a sua ascendência repousa no Conde Gonçalves Fernandes (filho do conde de Castela, n 932 - m 969, Fernão Gonçalves aliás Fredinandus Gundisalviz) e sua segunda mulher D. Sancho (filha de D. Sancho Abarca, rei de Navarra). Contudo, o primeiro que povoou o lugar de Moraes, a que deu o nome foi, segundo dizem Gonçalo Rodrigues de Moraes, filho de D. Rodrigo Garcês e neto do Conde D. Garcia Garcês que casou com Maria Fortunes, filha de Fortum Lopes, senhor de Sória da família de Moraes. Na verdade, segundo “Memórias V-VI”: é solar desta família o lugar de Moraes, termo de Bragança e dele

pela primeira vez desde que saíra de Trás-os-Montes (64 anos mais tarde em 2003), quando insisti a levar lá em romagem de saudade. Os que a habitavam, foram caseiros do avô e a filha ainda se lembrava dele. Embora atualmente sujeita a alterações no interior e a subdivisões várias, com a fachada maltratada, é imponente embora não se saiba ao certo a data da construção.

O primo do meu avô, Alberto Lopes, de Carção⁸ contou-me em Bragança, já no séc. XXI, que o meu bisavô materno, Alves, do Vimioso, resolveu tirar umas férias de funcionário das Finanças e foi no vapor com o pai do primo Alberto (que era médico da Marinha Mercante) ao Brasil descobrir as belezas da Terra Maravilhosa. Gostou do que viu, tão diferente da pequena vila natal e demorou tanto a regressar que quase ficou sem o emprego. Quando voltou, a bisavó Maria, de sua graça, resolveu ostracizá-lo ao saber o que andara lá a fazer. Ele limitara-se a repetir a saga de milhares que deram novos mundos ao mundo, ao miscigenarem-se e dar novos cristãos ao mundo, perpetuando a raça e consanguinidade nas quatro paradas do globo. A bisavó Moraes limitava-se a servir-lhe almoço e jantar. Evitara qualquer outro contacto, pois segundo ela, eram as obrigações legais e necessárias de uma mulher casada pela Santa Madre Igreja. Desgostoso, o bisavô Alves não encontrou melhor solução do que voltar-se para a companhia benevolente dos copos que o acompanhariam até à morte. Cobardemente, em vez de se meter a caminho e regressar ao Brasil, acabou amortilhado naquela vivência, sem jeito nem amor, mantendo a aparência de casamento e cumprindo rotinas de funcionário das Finanças. Tinha acabado de descobrir mais um elo de ligação aos antepassados, ainda que pouco abonatório.

Da bisavó Maria guardo poucas recordações, embora tivesse vivido até aos 91 anos (teria eu 14-15 anos), de aparência azeda e poucas palavras, muito ensimesmada, a quem nunca vi um sorriso por baixo do viçoso buço. Poucas foram as palavras que troquei com ela. Talvez tivesse razões de sobra dos maus-tratos da nora (a minha avó) para ser assim, mas depois do infortúnio do marido que lhe saíra em rifa teria a paga da nora. Convenhamos que não deve ter tido uma vida fácil.

58.2.2. DO RATO DE CABRERA E OUTROS EM VIAS DE EXTINÇÃO

O assunto que me preocupa hoje é comezinho e mundano: a EN 128, entre Miranda e Bragança, é demasiado longa e estragada, precisa de alternativa, benfeita e que poupe quilómetros. Há anos que se estudam traçados, mas a coisa emperra sempre. Um dia, porque havia uma colónia de morcegos protegidos, agora, ao quilómetro não sei quantos, apareceu o raro rato de Cabrera. Para avançar, a empresa Estradas de Portugal precisa de estudos. Conhecedor da região e lá tendo passado vezes sem conta, esclareço que se trata duma região abandonada por Deus e pelos homens. A existência de rodovias apropriadas permitiria, por exemplo, que as pessoas de Miranda do Douro, incluindo as ambulâncias de socorro médico, não fossem a Espanha apanhar a via rápida para Bragança. Permitiria que as empresas que ali existem (ou viessem a existir) tivessem vias de escoamento dos produtos para Portugal e Espanha. Bruto, mas não violento, obviamente propugno a nova estrada e já! Tanto proteccionismo esquece uma espécie em vias de extinção: o homem (e mulher) do Nordeste Transmontano.

Isto parece raiar o ridículo como em Nova Gales do Sul quando as obras de ampliação de uma estrada nacional (circundante) tiveram de ser suspensas para a construção de um viaduto

procedem as casas da principal nobreza de Tra-los-Montes e se tem derivado as casas de primeira grandeza de Portugal e Castela e ainda exaltado aos régios sólios por D. Leonor filha de D. Pedro de Toledo, vice-rei de Nápoles casado com D. Maria Pimentel, 3ª Marquesa de Vila Franca, filha de D. Luíz Pimentel e de D. Constança Rodrigues de Moraes filha de Ruy Martins de Moraes, alcaide-mor de Bragança, chefe dos Moraes, casado com D. Alda Gonçalves de Moreira. E casou D. Leonor com Cosme, primeiro grão-duque de Toscana de que procederam os mais; e destes os Reis de França, Inglaterra, Hespanha e hoje a senhora princesa do Brasil; os duques de Lorena, Saboia, Baviera, Parma e Mântua.” Portanto, Gonçalo Rodrigues de Morais dá origem à família MORAIS.

⁸ (o pai dele e o meu bisavô eram primos direitos)

para a passagem de uma colónia de formigas em vias de extinção. Ignoro se depois houve um estudo para se analisar a destruição da praga das formigas que infestavam a região.... Sou moderadamente a favor da continuação da espécie humana no planeta, apesar de há milhões de anos só ter construído uma coisa duradoura: a guerra e a destruição, entre si mesma e com outras espécies. Assim, entendo que devem ser preservadas, sempre que possível, as outras espécies que conosco partilham a superfície planetária e tal deve ser feito numa harmonia em que os interesses de uns não atropem os doutros e vice-versa.

Estas notícias parecem saídas dum almanaque do 1º de abril. Não são. Raia o ridículo. E não resisto a transcrever o texto em mirandês (21/12/2007) de José Antonio Esteves, do Lar de S. José em Brunhoso (quem não perceber, paciência, mas é curiosa a abordagem do tema)

“...lhambrou-me daqueilha que mos cuontou tiu Alfredo Cameiron. La de l camboio, que you gostei muito. Tamien me bieno a la eideia la de l ratico de Tie Ana Paixareira. Ua eideia lheiba a outra i lhambrou-me la stória que bus bou a cuntar. Pus aí bai, çpuis me direis se tengo ó nó rezon. Yera tamien un ratico, ó melhor dito, un raton, puis trata-se dun rato grande, tan grande i tan baliente, que até fizo parar ua strada. Trata-se de l Rato Cabreira! Nun sei se bós l cunheceis... tamien nun amporta... you tamien nun l cunheço. El alhá stá, bien zbulhado, naide l bei mas l cundanido nun deixa passar la strada que tanta falta mos fai. Dezie-me anton: - El nun se podie mudar un pouco mais abaixo ó mais arriba? - Claro que podie. Assi you podisse mudar la mie casa i yá la tenie mudado pra Palaçuolo. Carai de rato que teimoso que el ye. Bou mas ye a quedar porqui, l concho de l rato yá me stá a tirar de l sério. Bós que me dezis, armamos-lhe ua rateira a ber se assi mos deixa an paç? Nun sei que bos diga, cumo stan las cousas nun se puode dezir nada, nun seia que l rato me mande prander. Ye solo ua cuonta i mal atropada, mas nun me saliu melhor. You bien bos dixे que nun tenie jeito pra cuntar nin pra fazer nada. Çculpai alhá l chochico, nun me buolbo a meter noutra. Pronto yá deixo l Cabreira cun sue bida, yá me sal puls uolhos. Porqui me quedo, mas bolberei. El ye teimoso, mas you tamien.”

O lince-ibérico, o lobo-marinho, o abutre-preto, a truta-marisca e a lampreia-do-rio são espécies nacionais gravemente ameaçadas de pré-extinção. São mais de 40% as espécies de vertebrados que enfrentam ameaça, sendo os peixes o grupo que corre mais "perigo", segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal de 2006 onde se incluem peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos indicando para cada uma o seu nível de ameaça e avaliando os graus de risco de extinção. As espécies, foram divididas em diversos grupos, de criticamente em perigo, ou seja, quase extintas, a uma situação pouco preocupante. A avaliação abrangeu 512 espécies selvagens de vertebrados no Continente, Açores e Madeira, e apurou que 42% das espécies estudadas estão ameaçadas ou quase, de extinção - como o coelho bravo, o rato de cabreira ou o tordo-músico; 46% não estão em estado de alarme. Em relação aos restantes 12%, a informação é insuficiente para avaliação. Foram editados três Livros Vermelhos em Portugal, e o último datava de 1993.

Imagino já uma campanha a favor do não-abate da vaca e doutros animais indispensáveis para a alimentação dos humanos, o ridículo pode levar a este ponto. Já temos a preservação do bacalhau, das baleias, dos golfinhos, mais dia, menos dia chega a campanha da preservação da couve-galega, do tomate e da cebola e os fanáticos irão propugnar pela alimentação artificial do ser humano, mas com transgénicos e outros alimentos manipulados. Essa cega preservação das espécies (e elas de facto estão a extinguir-se a uma velocidade galopante) pode conduzir à extinção da raça humana como a conhecemos. Foi pena que não viesse a tempo de salvar o lince da Serra da Malcata, ou águia-real do Gerês.

Nesta ilha sou diariamente confrontado com a necessidade de eliminar do meu convívio - dentro de casa - animais que podem estar em vias de extinção. Há a megamelga (inofensiva, mas assustadora com o seu tamanho gigantesco), baratas (poucas), formigas de várias raças (terrestres e extraterrestres), aranhas de todos os tamanhos e feitios, o ocasional grilo ou sardão,

a ubíqua bicha-cadela, centopeias ou milípedes, caracóis e outros vermes. Como proceder para viver confortavelmente, sem ser molestado por essas pestes (em vias de extinção ou não)? Extermino-os ou deixo-os livremente fruir o espaço que habito? Terei de construir vias de circulação, separadas, ou coexistir com eles? Claro que a minha casa não tem a importância duma estrada no desconhecido ou esquecido nordeste transmontano. De qualquer forma não encontro nenhum manual da sobrevivência humana e do equilíbrio ecológico que indique, sem extremismos e fanatismos ideológicos, algumas dicas politicamente corretas sobre a forma de proceder nestes casos.

Já assisti, por mais de uma vez, ao ritual da matança do porco, ato bárbaro que desde criança me repugna. Deverei denunciá-lo e propugnar o seu fim, dado que no restante território nacional está proibido, a menos que seja num matadouro municipal, ou deverei recordar que a carne de porco estava saborosa? Estou profundamente dividido entre os meus gostos, que até há pouco nem ilegais eram, e a noção de que devo proceder corretamente em relação às angústias dos que pretendem salvar o mundo. Além do mais, debato-me com novos problemas de consciência. Há dias, pela primeira vez, as formigas invadiram a mesa-de-cabeceira, onde guardo uns “lollies” (“gomos”, doces cobertos a açúcar, ótimos para dar trabalho aos médicos e dentistas) que gosto de trincar antes de adormecer. Não tive solução senão exterminá-las violentamente.

Senti-me, um genocida, capaz de ser levado ao Supremo Tribunal Internacional da Haia. Não sei de que raça ou subespécie eram as formigas, nem se estavam em vias de extinção. Como eram centenas afoguei-as na pia da cozinha. Será que, à semelhança da Igreja Católica, poderei ir a um confessor ecologista, confessar o ato hediondo e crime contra animais? Terei possibilidade de absolvição? ou passarei o resto dos dias a penar este crime sórdido? Esta é a questão que me apoquentava agora.

58.2. 3. EUCÍSIA (ALFÂNDEGA DA FÉ)

“A beleza das paisagens e a água em abundância são as principais riquezas da terra, que viu partir a juventude para terras longínquas. Aqui não há emprego. A única fonte de rendimentos é a agricultura, o que levou os jovens a emigrar”, lamenta José Carlos Pimentel, Presidente da Junta de Freguesia.

Em 2006, a Eucísia era caracterizada pelo edil como tendo agricultura, construção civil e pecuária. Desconheço onde descortinou, no rol dos habitantes, pessoas para tais mesteres. A idade média dos raros habitantes é setuagenária.

A festa e romaria de S. Sebastião celebram-se no primeiro domingo de setembro. Os oragos são S. Paio e Sta. Justa e de património existe o Santuário neolítico de Revides, a fonte da Gricha e o forno dos mouros. Apenas uma coletividade existia, em 2006, o Grupo Desportivo e Cultural da Eucísia.

Lia-se no Diário de Trás-os-Montes (2009):

[A] Eucísia, no Concelho de Alfândega da Fé, é conhecida pelas lendas das feiticeiras e pelo património histórico e arqueológico. Os tempos de antigamente permanecem gravados na memória, tal como as lendas que associam a localidade a “terra de feiticeiras”.

“Ouvi contar a lenda das feiticeiras aos antigos. Diziam que veio para cá um padre que se embebedou, e, no dia seguinte, acordou na loja de um cavalo. Então espalhou que foram as bruxas que o levaram para lá”, explicou Adélia Monteiro, de 67 anos. “A partir daí, quem passava temia o poder das feiticeiras e alguns até traziam trovisco para as afugentar.”

“Contava-se que passou por aqui um homem a cavalo num burro que trazia um ramo de trovisco. As mulheres sentiram-se ofendidas e juntaram-se todas para bater ao forasteiro”,

recorda Maria Alice, outra habitante (pouco mais velha do que eu, antiga vizinha bem conhecida da minha família). O tempo passa devagar num local de sossego e calma transmitida pela natureza imutável há séculos

Mas a verdadeira **Lenda das Feiticeiras** no “meu” Cancioneiro Transmontano é esta:

“Reza a lenda que quando esta Freguesia integrava o arcebispado de Braga era, amiúde, visitada por um padre do Minho. O sacerdote vinha incumbido da função de visitar a Igreja e verificar se tudo corria bem na paróquia. O abade era pessoa de boa mesa e boa pinga, fazendo jus a uma característica que, durante muitos anos, esteve associada a estas figuras. Certa noite, depois de um jantar muito bem comido e ainda melhor bebido na casa onde ficava hospedado na Eucísia, foi-se deitar. A meio da noite e para fazer face às necessidades fisiológicas dirigiu-se às cavalariças. No entanto, embalado pelo sono ou pela bebida, aí se deixou ficar até de manhãzinha, altura em que deram com ele a dormir neste local. Em tom de desculpa disse não se recordar como tinha ido ali parar e atribuiu tal feito às Feiticeiras. Foi assim que a Eucísia ficou conhecida como terra das feiticeiras. Desde então quem passava pela localidade temia o poder destas feiticeiras e havia quem trouxesse trovisco para as afastar.”

Esta é a aldeia de nascença da avó materna e da minha mãe. Era eu ainda um infante quando pensava (ninguém me explicara o oposto) que as feiticeiras fossem a avó e as tias-avós. Não sabia porquê, nem o conseguia explicar nos atos delas, mas imaginava que se a aldeia era das feiticeiras, elas o poderiam ser, mesmo sem me causarem calafrios ou medo, a mim e a outras crianças. Podia acontecer que só fizessem feitiços aos que não pertenciam à família ou aos que não pertencessem à aldeia, um destino sem saída, mero desvio de 1,5 km em terra batida, na estrada de macadame de Alfândega da Fé à Junqueira.

A parte inicial da Rua Direita (as casas mais importantes estavam aí) tinha o piso em calçada, todo o resto lá para riba rumo à Capela de S. Sebastião, era em terra poeirenta. À exceção do Miradouro da Capela de S. Sebastião, no cimo do monte, no termo da aldeia, com exuberante vista para o Vale da Vilariça, não se ia a lado nenhum. Acabava ali. Tal-qualmente uma ilha perdida. Uma verdadeira ilha esquecida no nordeste transmontano. Princípio e fim de muitas vidas sem porta de saída para outras paragens. Muitos foram os que dali jamais abalaram, mas uma vez saídos poucos regressaram. Como tantas outras, ia rumo à sua total desertificação em finais de 2005.

Milhentas vezes visitei a Capela de S. Sebastião, nos anos 1960, nessa época sempre de portas abertas. Ia-se lá para observar o glorioso pôr-do-sol sobre o Vale. Sentava-me nos degraus à espera que o sol baixasse. Não havia máquinas digitais, mas o meu um velho “caixote” Kodak tirava belas fotos que, infelizmente, não chegaram até hoje. Guardei no subconsciente as imagens que tento descrever com palavras. A pequena Capela em honra do santo era igual a tantas que por aí há, dedicadas a um qualquer santo, no cimo dum qualquer monte. Hoje já quase não há gente na aldeia e a Capela está fechada, mas há estradas asfaltadas ligando a Eucísia ao lugar vizinho de Sta. Justa e a Vilarelhos, por onde não viajam as gentes das terras pois as não há, mas circulam turistas de ocasião, em visita a esses jardins zoológicos em que as aldeias quase desertas se tornaram... Dantes, era apenas aquele insignificante desvio poeirento, quase impercetível, na estrada entre Alfândega da Fé e a Junqueira, serpenteando pelos montes retalhados por curvas, à sombra imponente da Serra de Bornes e com o olhar deitado para o fértil Vale da Vilariça.

A Eucísia foi reitoria do abade do Real Convento de Bouro, da ordem de S. Bernardo, no termo da vila de Alfândega da Fé. Pertenceu à comarca de Chacim, até 1853, a partir desta data passou para a comarca de Torre de Moncorvo, mas sempre do concelho de Alfândega da Fé. Pertenceu ao arcebispado de Braga até ao ano de 1882, a partir desta data passou para a Diocese de Bragança. A Igreja, logo à entrada da parte velha do povoado, fica na descida, num adro triangular onde confluem as duas principais vias da aldeia, curiosamente localizada de costas para a estrada e voltada para a povoação, se bem que escondida desta. Teria sido melhor

orientar a fachada para qualquer um dos outros três lados, sem que as habitações à sua volta se sobrepujassem à fachada e a abafassem totalmente, mas hoje não faz diferença pois já não há fiéis nem padres para ali oficiarem, apenas a feiura duma casa de emigrantes com ferros forjados a colorir a sombra do alçado da Igreja. O povo dedicou a Matriz ao padroeiro, S. Paio. Há registo de batismos desde 1605. É um templo modesto, quatro altares e humilde fachada a escassos metros duma habitação de “franceses” (emigrados nos anos 1960) logo ao início da Rua Direita.

Na Eucísia há um inestimável património: o santuário rupestre com duas lajes de grandes dimensões, as “pedras escritas” da quinta de Ridevides, conhecida como Revides, no extremo da Freguesia, a duzentos metros da Ribeira da Vilariça e a 300 m da aldeia de Sta. Justa. O que são as Pedras Escritas? Um conjunto de gravuras rupestres proto-históricas sobre um bloco de xisto rente ao solo, com uma superfície quase lisa, orientado a sudoeste. As gravuras consistem em triângulos, formas em escada, cruciformes, quadrados, retângulos e ferraduras. O afloramento principal tem um motivo central de tipo idóliciforme. Alfândega da Fé está pejada de restos neolíticos, castros, e fortificações medievais destruídas ou em ruínas.

A casa dos bisavós está abandonada e arruinada, como tantas outras, sucumbindo à inexorável e reivindicativa voragem do tempo. A natureza readquire tudo que o homem constrói. Não houve um Manuel Cordovão, como no livro [de Daniel de Sá] “O Pastor das Casas Mortas”, para cuidar daquela e doutras casas. Iam ficando desabitadas, os donos ausentes ou mortos sem que alguém fosse lá acender a lareira da história, da família que ali tinha vivido e sonhado. Albergavam-se memórias de meninice que nenhuma autobiografia publicitaria. Além, habitavam esconsos sonhos e pensamentos que nunca chegariam a ser escritos numa folha de papel. Era o refúgio secreto da infância que a idade e a maturidade não revelavam nunca. Havia toda uma mitologia lendária de contarelhos, de pequenos episódios e de grandes celebrações pascais, que a recordação desvanecera e atenuara, mas, conquanto esmaecida, restavam fragmentos de imagens, sons e cheiros a preservar. Do brasão original com as armas da família Madureira Magalhães e do armário, antiquíssimo de séculos, onde estava embutido, nada restava além da imagem que uma máquina fotográfica, a preto e branco, registara na década de 1960. Esse aparador e outras peças ancestrais foram vendidos ou trocados por candeeiros de plástico e quejandos modernismos. Um aparador (armário) daqueles, valia uns bons quinhentos mil réis (500\$00 Escudos = € 2.50 euros) que era em 1965 o valor dum novo lampião de plástico com três velas elétricas para pendurar nos altos tetos de talha, trabalhados e pintados à mão. Na época, na família ninguém valorizava antiguidades. Os que as poderiam apreciar não viviam lá, afastados destas e outras transações mundanas labutando no bulício impiedoso das cidades. Muitos foram os antiquários da época que enriqueceram fazendo uma razia pelo interior do país em busca de peças valiosas. Em casa apenas uma única peça antiga sobreviveu e data de 1794. É um clavicórdio, com algumas teclas em bom estado, a maioria das cordas intacta, mas a necessitar de uma reparação dispendiosa. Ninguém se preocupa ou se dá ao trabalho de o preservar. Eu fizera várias tentativas para o tirar de lá, mas nunca conseguira arranjar transporte seguro para tão delicado aparelho. Era a única coisa de valor que restava na casa.

No séc. XV, os primeiros clavicórdios tinham 20-22 cordas de latão, a vibrar num sistema simples e original, mas pouco eficaz. Na ponta da tecla havia uma pequena lâmina metálica (chamada tangente), montada em posição vertical. O movimento da tecla fazia a tangente encostar à corda que era então mais “agitada” do que vibrada. Entre o séc. XV e XVIII o clavicórdio passou por uma evolução. As teclas aumentaram para 50, sobre 5 pestanas, tal como no KE chinês. Foi em 1725 que o germânico Daniel Faber fabricou um clavicórdio com uma corda para cada tecla e uma fita de feltro entrelaçada na parte não vibrante das cordas para evitar vibrações desnecessárias. No início do séc. XVIII o clavicórdio reúne quatro características do piano moderno: Tampo harmónico independente, cordas de metal, a agitação da corda por percussão e finalmente os abafadores para interromper a vibração das cordas quando se larga a tecla. Apesar do volume de som ser muito fraco, o clavicórdio produzia delicados gradientes de toque, permitindo executar crescendos e diminuendos como até então não tinha sido possível. João Sebastião e Emanuel Bach escrevem para este instrumento, tirando partido das possibilidades de vibrato que o mecanismo proporciona. Tem-se deteriorado progressivamente,

abandonado e condenado a apodrecer. Quem sabe quais os avoengos que o terão tocado, e para quê? Teria sido usado em declarações apaixonadas de amor ou em estudos religiosos que a isso também eram afeitos? Teria servido para alguma cerimónia mais formal na Igreja, que ao lado foi construída no séc. XIX? Ou para entreter os convivas que, vindos de longe, visitavam a imponente casa de gente culta e dada à música?

Da coleção de instrumentos, em tempos, existente, sobraram apenas os do bisavô que um primo meu em Ponta Delgada ora guardava ciosamente. Não sobrevivera o bandolim de oito cordas, do avô de Vimioso que recordo vagamente ter sido tocado nas férias, a contragosto da avó materna que não ia muito em assuntos de música, fosse ela qual fosse. Dos meus tios e tias-avós não lhes sabia dons musicais pelo que se presume terem perdido a vocação do bisavô.

Havia centenas de livros, que outro primo começara a roubar nos idos de 1950 e a cuja rapina nada escapou. Alguns, segundo o meu pai afirmara, eram bem antigos e valiosos. Devem ter sido vendidos ao ferro-velho, aos antiquários, alfarrabistas ou meramente serviram de pasto ao lume que ardia ininterruptamente na cozinha nova. Também podem ter servido, em tempos idos, para acompanhar os longos serões de inverno. Quem sabe se a leitura não era entremeada pela execução no clavicórdio, de trechos de Bach, Mozart ou Chopin que eram mais “levezinhos” e talvez fossem mais do agrado dos seus antepassados.

Nada disto se sabe nem se saberá. Nem a mãe guarda memórias de tais eventos na meninice ali passada, antes de ir para Bragança estudar. É curioso haver tantas perguntas e ninguém sobrevivo para lhe dar resposta. Pena não as ter questionado enquanto podia, mas então os interesses eram outros e não estava inclinado a recriar mentalmente os hábitos e costumes dos antepassados. Quando me interessei estava a mais de 18 mil km de distância.

Restava especular qual o uso intenso, a avaliar pelo estado do teclado, que o clavicórdio terá tido em mais de duzentos anos. Como terá chegado até ali? Transbordado de cavalo em cavalo ou de carruagem em carruagem, desde a remota Alemanha até aquele recôndito lugar nessa ilha perdida do nordeste transmontano. Como terá sido encomendado? Terá alguém ido, propositadamente, ao fabricante buscar tão valioso instrumento? Porquê um clavicórdio que até é mais típico das mãos femininas do que o seu parente mais comum, o piano? Podem adiantar-se vários cenários alternativos, pode até ter sido ganho num qualquer jogo de azar ou de cartas a algum nobre das vizinhanças. Ou seria o cumprimento de uma promessa à mulher ou a uma filha como forma de a dotar de mais um predicado para o mercado matrimonial em meios tão restritos como aquele? Quem teria sido a tia-bisavó ou trisavó, que teria recebido aquele presente divinal para enlear com as suas mãos mágicas os sons capazes de fazer qualquer homem de bem render-se a seus pés? Por outro lado, não poderia ser uma oferta ou retribuição de um clérigo à importante família local por benesses concedidas à Santa Madre Igreja? Seria daí que nascera a história do trisavô ter sido cônego? Seria mais fácil explicar a proveniência do clavicórdio numa qualquer ligação à Igreja. Questões que nunca teriam resposta, morreram juntamente com quem as poderia responder.

(final feliz: em setembro 2015, após algumas tribulações de transporte e guarida de quase cinco anos, em casa de amigos, foi oferecido por doação, e o instrumento passou a figurar no Museu da Graciosa onde terá uma velhice mais protegida)

Na família, como em muitas outras, as pessoas eram sempre ciosas dos segredos e nunca revelavam senão a pontinha do véu, mantendo a história da família envolta em mil e um mistérios, mentiras, inverdades na obrigação secular de manter a fachada respeitável de Cristãos-Novos que sempre foram e nunca admitiram. Sempre ouvira o meu pai dizê-lo, mas a mãe só o admitira depois de passar os oitenta anos. Havia orações secretas e costumes judaicos passados de pais para filhos, durante séculos, que se perderam sem serem revelados. O medo da Santa Inquisição (1536-1821) mantinha-se duzentos anos após a sua extinção.

Tal como o clavicórdio também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha, nas traseiras, ruiu. Cedeu às inclemências do tempo, do primitivismo da construção, e ao abandono forçado dos seus donos decíduos. Revoltou-se o teto contra a ausência da sua função protetora da família que já não é, nem está. Há muito que pedia obras, mas a avó nunca estava disposta a

gastar mais do que o estritamente necessário e sempre a reclamar com o avô que tentava manter a casa em bom estado. Tivera o avô (falecido em 1974) de contentar-se em colocar remendos e soluções improvisadas para evitar a ira antidespesista da avó. Nunca fizeram as obras que deviam. A avó resmungava sempre que não valia a pena enterrarem mais dinheiro ali, as obras foram sempre remendos e a casa, sem nunca perder a sua qualidade original, aguentou-se mal depois de ficar desabitada após a morte da avó em 1989. Desde que fora construída, a habitação familiar da Eucísia nunca fora uma casa rica. Os meus avós maternos lá passavam seis meses e a outra metade do ano no Porto. Se, a seu tempo, aquela casa tivesse sofrido as obras indispensáveis de que carecia nunca teria chegado tão rapidamente a este estado decadente. Um cunhado meu, cedo morto, bem quisera transformá-la em Turismo Rural, numa época em que essa palavra ainda não entrara no vocabulário quotidiano português.

A minha tia-avó que sempre ali viveu, uma das últimas daquele ramo familiar, faleceu em 1994 pouco antes de eu regressar ao torrão natal. Desde então o enorme casarão familiar, com as cinco portas de entrada, uma por cada segmento da casa, fora vítima de um lento e doloroso processo de partilhas que demorou mais de dez anos a terminar. A herança deixou-a mais dividida e degradada que dantes. Ninguém lá habita nem quer habitar. Vivi no distrito entre 2002 e 2005. Eterno sonhador, acalentei a romântica esperança de ter dinheiro para a resgatar, antes que desabasse. Queria restaurá-la e equipá-la com os confortos modernos de que nunca dispôs. Infelizmente esses amores e as recordações juvenis não chegaram para concretizar tal desiderato. Os vidros da frontaria estão partidos há anos e a cal esmaecida deixa antever o reboco de paredes grossas, com quase um metro de espessura. As portas apresentam fissuras dada a idade avançada da madeira sem ver a cor da tinta ou verniz que as pudesse conservar. Uma certa atmosfera de casa repudiada. Os que podem não querem e os que querem não podem reabilitar a velha mansão. Ficará perdida nos escombros sem nada a assinalar a sua existência a não ser estas palavras em sua homenagem. A herança não está resolvida. Não se pode vender, nem há a eventualidade remota de alguém a querer comprar.

A aldeia aguarda a morte dos mais idosos para ficar como tantas outras, pelo país fora, abandonadas, cheias de histórias por contar. Um monte de casas em diferentes estádios de degradação lentamente regressando à posse da mãe-natureza. As janelas defenestradas já demonstravam a ruína do grande casarão. As palomas haviam metamorfoseado a casa de banho em pombal. Ali onde fora o meu quarto de dormir durante anos. Lentamente, a arquitetura animal que os aracnídeos e roedores prontamente edificam, assenhoreava-se dos recantos ainda prenhes de mistérios e de sigilos. O telhado da cozinha velha, talvez caísse de vez. As traves desafiavam as leis da gravidade. Era vital que aquele escaninho da memória e das memórias fosse resguardado do camartelo e da violação por olhares estranhos. Como se as pedras pudessem falar ou revelar segredos insuspeitos. Como se se perdesse a virgindade dos sonhos. Talvez se desbaratassem os últimos idílios. Sem eles qual o valor da vida humana? O espírito desses tempos áureos nada mais era do que uma miragem na falsidade da memória humana. Apagara-se o riso de crianças e adultos. As reprimendas, invetivas e outras admoestações haviam sido silenciadas. O gargalhar feliz e despreocupado das crianças urbanas, sempre assarapantadas com as suas descobertas rurais, tinha-se ido com o vento. Não era mais que um murmúrio, sussurro, por entre as frestas da madeira avelhentada e carunchosa. Quem recordaria os meus temores noturnos ao atravessar o velho casarão às escuras, por entre tremelicantes sombras que a vela de estearina projetava nos altos tetos? Onde pairava o som das cigarras e o silêncio das longas noites sem televisão nem rádio, nem luz elétrica, apenas entrecortado por conversas longas, recordações de outras eras e jogos de salão? Quem mais recordaria os foguetes das romarias e festas anuais, a procissão pascal e sua parafernália de colchas adamascadas nos janelucos, donde se atiravam os verdes para a rua atapetando o percurso que o senhor padre iria percorrer?

De noite, a vela ou castiçal, com que eu percorria os vastos aposentos da casa, que o bisavô construíra no início do séc. XIX, recortava ilusórias sombras nos tetos bem altos e trabalhados de madeira rica. De dia nunca as encontrara. O medo era a resposta juvenil para essas sombras cheias de mistérios por descobrir. Desenhavam-se figuras fantasmagóricas saídas dum livro de terror, que não me aventurava a ler pois ficava com pele de galinha, e os cabelos se punham literalmente em pé. Havia uma tapeçaria com leões que o meu tio-avô africanista trouxera, e

particularmente me aterrorizava no meio das sombras. Não podia dar parte de fraco, nem dizer que tinha medo. Ia a rezar pelos longos corredores. A fingir que via figuras agradáveis e não aqueles monstros a contorcerem-se sobre a minha pequena sombra. Umaz vezes tentei ir mais depressa, mas as sombras galopavam, à frente, ainda mais ameaçadoras. Outras vezes, andando devagarosamente quase as iludi. Mas estavam lá todas, conspirando para me esperarem desprevenido

Na cozinha havia sempre uma lamparina com o pavio embebido em azeite. Era a principal fonte de iluminação. Uma invenção do tempo dos romanos que ali perdurava. O candeeiro a Petromax era caro e raramente usado, a menos que houvesse visitas importantes. Ao lume, um enorme caldeirão negro sempre pronto. O fogo só se apagava pela noitinha pois servia para o pequeno-almoço, almoço, merenda ou lanche, jantar e ceia. A água guardava-se em cântaros de barro. Os de latão viriam muito mais tarde. Nas traseiras da casa havia uma enorme ânfora, de metro e meio de altura que armazenava tudo. Até azeitonas. Ficava mesmo por baixo da lendária figueira – favorita da mãe - cuja data se perdia na memória dos vivos de então, e que sempre fizera as delícias da mãe. Fora aquela ânfora centenária ostensivamente roubada por uma das primas ricas na sua voragem de tudo arrebanhar.

Em férias não havia burros suficientes para transportar a água necessária. Era preciso acarretá-la em grandes quantidades para depois aquecer ao lume. Tomavam banhos diários, um hábito deveras estranho para as pessoas da aldeia, que, raramente, o faziam. Para os de imersão usava-se uma larga tina cinzenta, de latão, feita pelo ferreiro lá do sítio, e pintada de esmalte branco, onde se podia tomar banho de semicúpio. A água potável vinha da fonte da Gricha que ainda hoje dá água para o lavadouro público. Por cima, perdura a mais romântica, pequena, mas carismática fonte da Grichinha. Agora está modernizada com tosca escadaria cortada na rocha a poucos metros dum lampião elétrico que ali implantaram, acabando com as memórias dos namoros furtivos seculares ali ocorridos. Uma dúzia de degraus de xisto levavam os poucos turistas que ali se aventuravam até à fonte de mil tradições, na aldeia das feiticeiras. Então tudo era feito com tempo e paciência, que isto de pressas era para os da cidade. Na aldeia tudo tinha uma velocidade diferente. Só voltaria a encontrar essa mesma vertigem quando me mudei para os Açores. Também no arquipélago o tempo era mais lento, como se tivesse parado na década de 1950 ou 60 e se recusasse a aceitar a inabalável voragem do progresso.

Insisto em falar nas andanças por tempos de juventude, recordar os bailaricos no salão de Bombeiros, as festas típicas e as procissões na Eucísia. Quem podia esquecer as pirosas danças (na época não havia “música pimba”) no salão dos Bombeiros alfandeguenses (nem o *ié-ié* nem o *twist* lá tinham chegado) ou as romarias e festas típicas em honra do santo da aldeia, onde aprendi um povo que desconhecia. Terá a ver com a anamnese do ritual da missa em que as cadeiras e genuflexórios dos homens da família se situavam em lugar mais elevado, em pleno altar, e os das mulheres da família, mais abaixo, mas à frente dos lugares do povo? As missas eram prolongadas e chatas seguindo o velho ritual em latim, mesmo quando no resto do país já eram parcialmente em Português. Nessas e noutras ocasiões a Igreja era pequena demais para tanta gente e – foi mais tarde, na década de 1960 – que surgiram os altifalantes, cá fora, em volta da Igreja, para os que não cabiam poderem acompanhar as rezas.

Hoje já não há pessoas, nem fiéis, nem altifalantes, nem padre que ocasionalmente aparece para uma missa de defuntos, nalguns meses do ano, ou nem isso. Os sacerdotes já não se deslocam às paróquias a pé ou de burro. Apesar da facilidade e modernice do automóvel, dispõem de menos vontade para se moverem. Até os clérigos se aburguesaram e acomodaram, como a restante sociedade. Dantes, chovesse, nevasse, fizesse sol escaldante ou frio, nunca faltavam à celebração dominical, era essa a sua sagrada missão. Agora andam demasiado ocupados em tarefas menos importantes que a salvação das almas. Depois dos padres, até as bruxas e feiticeiras se foram. Nem almas há para arrebatam. A emigração para França, Luxemburgo e Suíça (década de 1960) desertificou-a. O progresso civilizacional de migração costeira atraindo jovens para as cidades acabou o trabalho. Perderam-se mais de 750 pessoas

em 40 anos, a média das idades supera os 70 anos. Pouca gente, ou ninguém, se recorda de mim e já não há vizinhos. A terra os levou para o cemitério da aldeia ou outro qualquer.

Não posso precisar quantas vezes estive na Eucísia (talvez todos os anos entre os 5 e os 17), mas lembro, em particular uma Páscoa, em 1959, quando se juntaram todos os tios, primos e primas, do clã Magalhães, de Alfândega da Fé ao Azinhoso (Mogadouro), Sendim da Ribeira, Porto e Vila Real quando a enorme sala de jantar velha (que fora o quarto do bisavô) era pequena para tanta gente. Estava a abarrotar e até se conseguiu encher a mesa de doze lugares na sala de jantar nova, na parte da casa dos meus avós. Havia duas cozinhas a funcionarem. As salas cheias de gente. No dia seguinte a refeição foi na casa da Quinta, cuja varanda era pequena para tanta gente. Essa é a única Páscoa que consigo evocar bem, apesar de ser muito jovem. A família toda junta, coisa importante e hoje raramente vista. Todas as outras celebrações pascais se perderam na voracidade do anonimato e da rotina. Ou então condensei todas as Páscoas numa só. Aquela perdurou, bem como a comunhão solene da prima do Azinhoso, Páscoa 1962, onde estiveram todos, enchendo os quartos e camas disponíveis nesse outro enorme casarão.

A apanha das cerejas era de maio a junho e nunca tomei parte em virtude do calendário escolar. Lembrava e bem de comer cerejas de produção familiar, e deliciar-me com o extraordinário doce de ginjas que dali saía pela mão da tia-avó Ema, a mais nova que se encarregava de mas despachar para correrem meio mundo em Timor e Macau. Uma iguaria da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores. À Austrália não podiam chegar, pelas severas limitações à entrada de alimentos.

A Eucísia foi berço de muitas criadas ou de servir à mesa (empregada doméstica como hoje se tem de dizer para se ser politicamente correto) em casa dos meus avós ou na nossa, com nomes bem exóticos tais como Delmira ou Delmina. Que lá na terrinha já havia uma América e uma Argentina (e que vim a descobrir no séc. XXI até eram nossas parentes). Vinham tomar conta da minha irmã ou servir à mesa em casa dos avós. Eram jovens, muitas vezes acabadas de fazer a 3^a classe de instrução primária, tímidas, encavacadas pelo bulício citadino, que se sentiam sempre como um peixe fora de água e que mal podiam, asinha regressavam à terra natal. Nem uma só quis ficar no Porto, cidade das pontes com mil luzes e atrações. Por volta dos quinze ou dezasseis anos regressavam para ajudarem a família e buscarem noivo.

Creio que li nessas férias, entre muitos outros, toda a coleção de 78 livros de Júlio Verne (em versão de 1886), na varanda de trás da sala de jantar com vista para o vale da Vilariça. Ninguém podia esquecer a imagem bucólica do Vale (antes da barragem nos anos 70 ou 80) quando me deleitava e devorava Verne e outros. Apesar da velha *orthographia* oitocentista, nunca essas leituras embotaram os meus dotes de leitor e escritor e – por isso – hoje me custa a entender os opositores do Acordo Ortográfico de 1990 (devem ser muito retardados!). Após a viagem que tenho vindo a recriar por estradas que ainda perduram, vigiando de longe as novas rodovias e vias rápidas, chegava-se à Eucísia com uma sede imensa que só podia saciar-se ao beber a fresca água da Grichinha, fonte milagreira em plena terra das feiticeiras. Além das leituras, podia, às escondidas, namoriscar as moçoilas da aldeia, repetir paixonetas mais típicas de uma obra de Camilo, Eça ou Júlio Diniz do que de meados do séc. XX. Podia sentir-me personagem de um desses livros, imaginar que as cenas que lia podiam ter acontecido ali. Ler e reviver as leituras. Achava piada ao modo de falar delas, às histórias simples do quotidiano rural de que falavam. Corri pelos trigais, rebolei nos fenos empilhados, sentei-me, no chão à noite, a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas que só sabia existirem pelos livros e cujos nomes lera sem jamais as ter observado. Nunca esqueci os cognomes de alguns

dos mais jovens: o "Pincha Púcaros" sempre a saltar de poça em poça e outro muito alto a quem chamavam o "Gambias".

Havia ainda o beijo atrevido a uma prima em pleno jardim na Feira de Alfândega da Fé, quando tinha 15 anos, e tantas memórias me deixara. Foi um pouco furtivo, mas um ósculo espontâneo e acalorado, à prima Lili (Julieta Roxo Magalhães) em pleno jardim. Um beijo para guardar na memória de férias, que me causara enormes ressentimentos como bom cristão pecador que era. Logo me apressei a confessar ao sacerdote. Escapara apenas com umas Ave-maria e Padres-nossos. Há mais de quarenta anos que não vejo essa prima.

Para além do silêncio pungente das noites, ouvia manhã bem cedo, a chiadeira dos carros de bois.

Ouçó como se fosse hoje, a chiadeira dos carros de bois que mantenho viva no subconsciente auditivo. Não era tanto na Eucísia, mas no Azinhoso (Mogadouro), onde era mesmo capaz de distinguir a quem pertenciam os bois pelo chiar das carroças atulhadas de feno que ali passavam. Mantinha vivo, esse lancinante grito dos eixos mal oleados que se escutava para além da passagem enquanto se afastavam na rotina de itinerários agrícolas entre os campos e as lojas. Sobretudo no Azinhoso em que acordava bem cedo ao seu som na estreita rua que saía para norte da Igreja e acompanhava a casa da tia-avó. A chiadeira ecoava lentamente nas pedras da estreita calçada, e a aldeia fervilhava de vida e esperava por mim para as descobertas infindas, os meus passeios, por montes e vales, montado num burro ou mula na revelação dos mil e um mistérios que as aldeias sempre encerram para quem cresceu no bulício citadino.

As férias eram o epítome da liberdade da educação rígida do resto do ano, apanágio da alforria do jugo paterno. Andar no campo, brincar e jogar à bola com jovens da aldeia, correr nos trigais, sentar-me a admirar as estrelas desconhecidas. Os jovens com quem mais brincava na Eucísia, por serem da minha idade e estarem em férias (os outros andavam na lavoura), tornaram-se nos primeiros licenciados fora do clã da família Camilo de Mendonça ou da família Magalhães, nos anos 1970. Tratava-se do Lionel (hoje engenheiro) e o irmão Viriato (hoje médico) a quem os da aldeia chamavam Russo por ser loiro.

Soube, nos Açores, que éramos parentes, facto que me foi ocultado na altura, por causa de casamentos de nível social diferente que a família não aceitava, por não ser um matrimónio inter pares. Coisas que se não contavam: casamentos fora do esteio familiar ou com castas diferentes, não eram então tolerados ou perdoados. Daí resultava tratar esses parentes como estranhos. Haveriam de surgir muitos mais na família, com a liberalização dos costumes na década de 1980, mas já sem esse opróbrio.

Assisti com pesar, numa tarde bem quente em 2004, ao dismantelar dos velhos e senhoriais móveis da sala de jantar dos avós. Evoquei um leilão de escravos, sem saber porquê. Eram cobiçados por primas da grande cidade. Comparei aquilo a um ataque da marabunta sobre tudo o que aparentasse ser velho ou ter valor. Ali estava, impotente, sem poder comprá-los para, de seguida, os libertar. Eram ambicionados pela prima do Azinhoso e suas milionárias filhas, da grande cidade, cujo único fito na vida é amealhar e comprar. Reproduzir dinheiro como quem multiplica coelhos.

Por entre as grossas paredes revivi memórias agradáveis de tempos e de gentes que já não voltam mais, admirei-me com os finos tabiques que separavam os dois quartos de cima na casa dos avós. Regressei temporariamente a um passado alegre e sem preocupações. Senti saudades e o significado da palavra como já não o experimentava desde Timor, trinta e cinco

anos antes. São as saudades que mantêm os sonhos vivos, dissera-me a avó paterna, um dia. Foi doloroso agora que a casa estava esventrada de móveis, voltar a percorrer os salões, os quartos pequenos nos baixos, ao lado das lojas, a enorme sala de jantar com vista para o Vale, o salão onde dormi pela última vez em 1988 (ou seria 1990). Os olhos humedeceram ao visitar os baixos onde dormi, em criança, nas férias da Páscoa quando os primos e os tios também lá iam. As lojas, no andar térreo, onde dantes se acumulava o azeite e seu vasilhame estavam limpas e vazias, já ninguém matava o porco. Já não havia colchas adamascadas nem lençóis de linho para a procissão pascal, depois dos dias de silêncio e de dieta forçada. Nesses dias ninguém comia carne pois era um pecado que nos levava a todos para a autoestrada do inferno.

Bento XVI acabaria por decretar, em 2008, que o Inferno não existe. Ufa, que alívio. Era a vingança de tantos temores infantis sempre ilustrados por imagens do catecismo que graficamente me haviam implantado por volta dos sete anos e que ainda hoje me arrepiavam, mesmo sem crer nem querer. Tanto remorso inútil, tanto arrependimento desnecessário por que passei, tanto sentimento de culpa supérfluo.

Vi rostos e tradições do tempo dos Cristãos-Novos, ainda hoje envergonhados da herança marrana. Há sessenta anos, existia a vergonha de se dizer que se descendia dum abade, cónego ou padre, tão comum às famílias da região. Uma mescla de respeito, medo e veneração ao Cristianismo, que se impusera primeiro aos mouros da rica Alfandagh, depois temporariamente mesclado com judeus que fizeram desta uma zona bem rica, antes de sofrerem os efeitos da conversão forçada e a clandestinidade, quando não a morte, o exílio ou a Santa Inquisição. Hoje, séculos depois do êxodo judaico, a região está mais pobre do que nunca, sem a riqueza assinalável do tempo de romanos e mouros. Perderam-se as histórias de princesas e mouras encantadas, sem avós que as contassem. Já não há netos ou netas nas terras abandonadas.

Depois de falar em clero, nobreza e fidalguias não podia eu, ironicamente, deixar de evocar a retrete existente em tempos da infância e juventude. Era um buraco circular, aberto, em tábuas de madeira, que descarregava para uma fossa séptica no andar térreo, por baixo da varanda das traseiras, com vista para o Vale. Não era preciso autoclismo apenas uns tantos jornais ou o luxo urbano do papel higiénico. A “nova” casa de banho (ora transformada em pombal desde que a janela empenada se recusou a fechar e deixou entrar as pombas) foi construída no quarto que ocupava quando ia para lá. Data do final da década de 1960. Nessa época ainda não havia água canalizada. As águas municipais só haveriam de chegar décadas depois, já, ia alta a revolução dos cravos. Só mais tarde chegou o gás butano em botijas para aquecer o precioso líquido. A burra ia, dezenas de vezes ao dia, com os cântaros à fonte buscar água para beber e para se lavarem. Não havia fonte artesiana na casa, ou terrenos anexos que desciam a encosta,

Na aldeia, toda uma miríade de insetos e outros pequenos animais, lentamente se empossava da enorme propriedade. Eles pressentiam, ou antes sabiam, que vivalma entrava agora que eu emigrara para as ilhas... Fora eu com o meu profundo amor àquela terra e à memória dos meus avoengos quem manteve o espírito da casa sempre vivo, com os sonhos e deambulações peripatéticas por projetos de reabilitação imobiliária. Ideias que nunca saíam do papel para onde não chegariam sequer a ser transpostas. Contra o silêncio e ausência dos proprietários e verdadeiros herdeiros. Acalentara a utopia de recuperar o velho casarão, de fazer obras, modernizando o interior e os confortos, sem perder a traça original e a simples fachada oitocentista onde sobressaiam janelucos pouco maiores que seteiras. Depressa me apercebi que, mau grado a idade, jamais deixara de ser um sonhador. Ao voltar a terra firme essa mesma realidade trazia-me de volta à mesquinha contabilidade dos números e dos cifrões.

Apreendi que custava menos construir uma casa nova, de raiz, do que recuperar aquela. Para nenhuma hipótese tinha financiamento capaz. Depressa me dei conta de continuar poeta.

A casa dos sonhos fora fantasiada pelos bisavós e descendentes, toda a prole se fora sem rasto e idêntico fim se reservava ao vetusto casarão. Não adianta sonhar. Dificilmente a casa aguentará muitos mais invernos. Acabará por tombar como os donos. Cairá para o lado, para dentro ou para fora. Desabará como um baralho de cartas, sem aviso ou alerta. Não o saberei logo que as notícias demoram a chegar de aldeias desabitadas. Se cair para a rua terão de levar máquinas e escavadoras para retirar os pedaços dos meus sonhos, perdidos e escaqueirados em mil pedaços. Além disso, o problema das partilhas já se arrasta há décadas. Todos querem acrescentar uns míseros tostões aos vinténs que já têm. No caso vertente, nem isso. Tudo por causa de um primo direito meu, co-herdeiro com a minha mãe, que por entender que o casarão valia mais, não a vendera sem apresentar soluções ou alternativas quando havia outro primo interessado. Na sofreguidão de tudo querer, seria responsável pelo abandono e incúria a que votara a casa. Assim se desvaneceu a hipótese de ser restaurada e permanecer na família. Depois de ruir não faltará muito para acontecer o mesmo ao resto da aldeia.

Tal como gerações de outros nativos da aldeia em tempos idos, também me fui nesse vórtice impiedoso que a vida impele para onde há trabalho e não onde as memórias e o respeito pelos antigos mandam. Sem querer, sem o pressentir o destino viera e ditara-me novo rumo. Deixei para trás os vestígios de roedores onde outrora pousaram mãos de crianças. Tantas ali nasceram e quase todas morreram já, sendo a minha mãe uma das últimas dessa geração. A casa abandonada enquanto as ervas e mais vegetação medram nos escombros, tal como aconteceu ao majestoso templo de *Borobodur* na Indonésia, desaparecido por 500 anos na selva até ser (re)descoberto em 1814 ([ver crónica 10.3](#)). De um dia para o outro deixei os sonhos de parte. Nunca os devia ter retirado do baú das memórias de infância, deviam lá ter permanecido para sempre. Foram meus perpétuos acompanhantes nas quatro partidas do mundo (Timor, Macau e Austrália). Assim, um dia parti, embarquei da ilha transmontana (onde vivi de 2002 a 2005), para arribar no meio do Oceano Atlântico, num arquipélago da antiga Atlântida, mais conhecido pela sua história de fogo e outras calamidades, meros montes cataclísmicos flutuando à deriva entre a Europa e a América.

A escola primária, onde gostaria de ter andado, foi encerrada há muito. Serviu, depois, para albergar a Casa do Povo e a Junta de Freguesia. No toural, nem animais nem gente. As crianças já não riem, não galhofam, nem brincam no meio da rua. Há muito que ali não vivem, nem mesmo as que vinham de férias das Françaças e Araganças, Suíça, Luxemburgo e Alemanha, cresceram e deixaram de vir. O trânsito retornou ao fluxo dos anos quarenta. Ocasionalmente um carro talvez se digne acordar a aldeia da sua pacatez. Um dos locais mais ativos é o cemitério onde os poucos vivos continuam a ir mudar as flores na campa e a dizer preces, não deixando que as ervas daninhas se apoderem das tumbas dos antepassados. Até um dia em que mais ninguém ali vá derramar uma lágrima ou uma súplica “in memoriam”.

Na pequena e ora despovoada aldeia encontrei rituais senhoriais da família Gama, a do célebre engenheiro Camilo Mendonça (fundador do Cachão). Os Gama e Mendonça eram aqueles a quem na infância se ia ir prestar vassalagem logo que se chegava. Nunca o esqueci e mencionei-o sempre que pude desde que apresentei o Cancioneiro Transmontano em 2005. Eram Morgados de Vilarelhos, antigos donos do Cachão, obra inacabada e majestosa, que o 25 de abril matou juntamente com o sonho de tornar a região rica e agricolamente independente. Foi criado pelo Eng.º Camilo de Mendonça, um visionário. Mais acima, na Rua Direita que por acaso bem torta é, mantém-se ativa e relativamente bem conservada, a casa solarenga dos Gama ocasionalmente ocupada por uma descendente octogenária.

Construções novas houve nos anos 80, após um breve surto de regresso de emigrantes, na sequência da febre do 25 de abril, quando sonhavam com a riqueza infinda que a revolução dos cravos ia trazer às cooperativas agrícolas. Nem revolução, nem cooperativa, nem regresso de emigrantes salvou as terras condenadas pela falta de visão estrutural dos líderes políticos, pequenos reizinhos do oportunismo democrático que vivem monarquicamente almofadados no conforto fascista de Lisboa. Vive-se a Ditadura democrática cujo fim é dilapidar o país a troco de uns cobres que nem Judas aceitaria.

A Quinta da família (vulgo “A *Quinta*”) lentamente criada no tempo do bisavô, ocupa todo o monte à entrada da aldeia, à esquerda de quem desce na encosta do lado sul da aldeia, descendo até aos lameiros. É quase tão grande como a aldeia toda. A enorme área está na posse da família há gerações, mas foi-se subdividindo numa dúzia de parcelas, com as mortes e heranças até ao fim do séc. XX, embora esteja, de novo, reunida na posse de dois primos. Recordo o esticão que era, de dia ou de noite, subir as escarpas íngremes para a “Quinta” passando cá em baixo o seu portão encimado por pedra brasonada. Outra memória dos quentes verões ali passados, era tomar banho nos tanques de rega da quinta, fazer piqueniques com a prima Beatriz Licínia e amigas, ir ao cimo da aldeia para ver a deslumbrante paisagem e, o inesquecível pôr-do-sol da Capela de S. Sebastião sobre os montes vizinhos e o vale. A outra metade da Quinta, pertence a outro primo setuagenário (o Manel das Arábias, irmão dos que vivem em Ponta Delgada) que não tem tempo nem disposição para cuidar dela. Ele queria comprar todo o grande casarão do bisavô e reconstruir. Ficou-se por duas partes (ao lado da nossa) e já nem essa parte quer, pois, o dinheiro amealhado nas plataformas de petróleo foi-se gasto pela mulher e filhos...

A Quinta tem agricultura e produz alguma coisa para a prima Beatriz Licínia que a herdou e lá vive. Disseram-me em 2015 que essa prima, junto com o filho e nora, converteram a pequena casa de habitação, e dois silos implantados mais acima, numa unidade de Turismo Rural⁹, acrescentando uma piscina onde antes todos se banhavam nos tanques de rega.

Já não há por aqueles lados quem ande à jeira. Mesmo com dinheiro vivo para pagar não há quem trate dos campos. Aqui, nem romenos nem moldavos se aventuram, pois pode ser demasiado parecido com os seus países de origem. Talvez iraquianos para manterem as terras produtivas. Os frutos morrem de pé nas árvores. A região, fértil desde tempos pré-romanos, sempre viveu do campo, mas esvaiu-se de gente e de agricultura. Sem escolas, sem sangue novo, sem crianças, sem casais que se queiram fixar. Para quê, pergunta-se? Resta esperar que os poucos sobrevividos se vão de vez, para ficar mais deserta.

O meu filho mais novo por lá andou, em visitas várias, na busca incessante de pequenas recordações que pudessem acompanhar o desfiar das memórias que ora trago à estampa. Fartara-se de beber água da Grichinha para ser feiticeiro. Perguntava quantas vezes tinha de beber até se tornar num mago. Troçava do primo da mesma idade, o Pispis, que raramente lá ia e por isso jamais se tornaria num bruxo da Eucísia. Acreditava que quanto mais água da Grichinha bebesse, mais hipóteses teria de se transformar. Histórias antigas que talvez venha a guardar, como eu que, sistematicamente, insisto em regressar a origens que nem são geograficamente minhas. Porque assumo a ascendência transmontana se apenas lá ia em férias na juventude? Porque esqueço toda a matriz regional geográfica do local onde nasci, estudei e vivi? Porque adotei como minha, em idade madura, a terra da mãe e avós? Há, decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a minha meninice. Seria isto a que a minha mulher se referia?

⁹ (ver <https://www.bedandbreakfast.eu/bed-and-breakfast/eucizia/bela-vista-silo-housing/1433272/>)

Jocosamente comentara, que o meu problema existencial era saber qual venceria o duelo, eu ou o meu alter-ego.

Recordo na aldeia esse hábito (medieval?) de colocarem as colchas adamascadas nas ventanas. Essas janelas, pequenas como seteiras, a que chamávamos “janelucos” eram demasiado exíguas para dois adultos verem os andores. Dispunham de pequenos assentos, um de cada lado, onde (raras vezes) a minha avó e as tias se sentavam, tricotando ou crochitando. Desses “janelucos” as criadas pressurosas deitavam os “verdes” para a rua (folhas frescas apanhadas nas imediações, eram só verdes e não desenhos elaborados de verdes e flores como aqui nos Açores) aquando da passagem da procissão pascal.

Havia sempre o momento alto das celebrações, que era a esperada cerimónia do “compasso” com o benzer da casa. O padre, o sacristão e acólitos subiam os 13 degraus e no hall de entrada lá provavam mais um cálice do melhor vinho do Porto de casa, diante da família reunida para receber as bênçãos que nos iriam manter santificados mais um ano. Sorrio ao imaginar como não estaria “animado” o padre ao chegar à nossa casa, que ficava no começo da aldeia junto à Igreja. Ou então, parava no início da procissão antes de percorrer o resto da aldeia? creio que seria isto e chegava à Igreja bem “animado” pois todas as casas teriam, se não Vinho do Porto, outro produto local para lhe dar a provar. Todas essas benzas, bênçãos e benções não chegaram para salvar a família das leis inexoráveis da morte, assim como não bastaram para salvar a casa, mas mantinham viva a fé dos crentes que ali habitavam e delas necessitavam.

Além dos arraiais, festas e santos populares, merece especial relevo nas minhas memórias, a apanha e o descasque da amêndoa. Era feita numa arrecadação junto à casa, ao cimo da estrada da “Quinta”. A amêndoa era espalhada no chão em serapilheiras. Os jovens ajudavam, os mais velhos e assalariados trabalhavam no duro noite adentro. Havia cantigas. Contavam-se histórias de antanho, verdadeira tradição oral popular que preservava a história de todo um povo. Ninguém sabe apreciar o que tem até ser demasiado tarde. As pessoas que vivem no paraíso não o sabem e desdenham dele em busca de coisas diferentes. São sempre os forasteiros que têm de lhes dizer como é bela a terra onde vivem. Hoje as pessoas pagam para ver as amendoeiras em flor, como quem vai a um museu ou zoológico, ali vivia-se em pleno. brincávamos aos agricultores, comungando dessa dádiva da natureza.

Ultimamente, o fogo fez desaparecer vastas áreas de amendoal, muitas já abandonadas. Como cultura pouco rentável, os produtores substituíram-na pela vinha. Antigamente, a mão de obra era mais barata e a amêndoa pertencia ao ciclo rico do agricultor, numa época a amêndoa, noutra o vinho e noutra o azeite. Metade dos produtores já não fez colheita em 2006 porque não compensa. Quando termina a época de apanha, é habitual ao percorrer a região, ver amendoais inteiros onde se adivinha que no próximo ano, as novas flores aparecerão ao lado dos frutos antigos.

Havia ainda que evocar nestas memórias, um nome de mulher.

Há sempre, nestas coisas de visitar passados reais e imaginários, uma mulher misteriosa que ocupa a mente do herói do livro, um secreto namorico juvenil de férias com a tão núbil Benilde, nome de deusa. Neste caso ficou sempre a imagem, mais imaginada do que real, muito difusa e mítica de uma jovem de longas tranças, ainda adolescente, de longos cabelos compridos e um nome a evocar lendas medievais.

Platónica imagem de sorrisos trigueiros e olhos amendoados de promessas por cumprir. Uma jovem saudável e sorridente, sem quaisquer reminiscências com a homónima “Benilde ou

a Virgem Mãe” sobre a qual José Régio escrevera em 1947. Era filha dum antigo caseiro do avô. Tinha um irmão, mais velho, emigrado em França que vinha todos os anos de férias, num deles serviu para mostrar o seu novo Peugeot 404, símbolo de sucesso na vida dura de escravo de patrões franceses.

Depois de cada jantar, ainda o sol ia alto, saía apressado, sem entrar em detalhes, para ir ter com ela. Reparti com ela muitos dos primeiros poemas e mais estrelas ainda partilhei. Pedia ao tempo para parar e tornar eternos tais momentos, cheios da magia de amores impossíveis e, por isso mesmo, mais desejáveis. Ambos, esparramados no feno, à margem da estrada à entrada da aldeia, frente ao portão brasonado da Quinta, quando as ruas eram iluminadas pela loura *Phoebe* (deusa da lua na Mitologia) e tudo em volta estava negro como breu.

Não só cuidávamos de defenestrar os silêncios entrecortados de cigarras e grilos, como admirávamos os tremeluzentes faróis disfarçados por entre árvores, lá ao longe, no alto do monte, na estrada poeirenta da Junqueira para Alfândega da Fé. Eram raras as viaturas e menos as que se aventuravam de noite. No silêncio estrelado podiam-se ver os carros ao longe nas cumeadas, ora aparecendo, ora desaparecendo furtivamente, uma luz aqui, uma acolá. Dava para distinguir se era um ligeiro ou pesado, calculando o tempo que demoravam a percorrer pequenos troços do horizonte noturno. Sabia-se de onde vinham e para onde iam, podia até adivinhar-se se eram forasteiros ou locais pela sua velocidade.

As conversas trespassavam dois mundos que nunca se entrecruzavam: o meu, citadino com experiências e vivências localmente desconhecidas e o mundo da jovem aldeã de braços fortes, peitos bem airosos, ancas bem torneadas, não demasiado largas, pernas firmes, levemente musculadas e, habituadas às duras lides agrícolas, da casa e do campo. Um belo espécime feminino concebido com um físico saudável que não temia maleitas ou doenças para ajudar os pais no sustento da casa. Não teve a Benilde tempo para grandes estudos, além da 3ª ou 4ª classe feita com apoio da minha tia-avó Adelina Hermengarda, Mestre-escola, aliás regente escolar, de quatro gerações na Eucísia. Mas tinha interesse em saber de outros mundos e vivências. Gostava de ler sub-repticiamente qualquer livro, que em casa dela não havia muito disso. Gostava dos poemas delicados deste jovem, queria saber da vida na grande cidade, desse mundo por descobrir, cheio de mistérios e de coisas novas e diferentes. Tempos sem malícia nem sordícia que a ingenuidade dos anos não deixa esbater. Foi ali que vi realmente as estrelas, pela primeira vez com olhos de ver, e me dei conta do tamanho do firmamento, acreditando no infinito do universo.

Nunca soube o que acontecera à família e muito menos à atraente Benilde com quem partilhei sonhos proibidos na idade em que tudo é possível e nada parece inalcançável. As minhas tias achavam piada àquele meu encantamento com uma mulher da terra, evento que sempre enriquecia as conversas quando eu não estava presente, e a pacatez rural em que viviam. Hoje andaria provavelmente emigrada, casada com outro despojado dessa ou doutra aldeia, teria engordado desmesuradamente, atando os cabelos ainda longos, mas já esbranquiçados num carrapito atrás e seguida por um ror de filhos com netos ranhosos e barulhentos. Ou talvez não. Tudo o que pudesse ter sido sonhado se esvaíra e nem na memória teria ficado guardado, que a vida não se compadecia com esses devaneios.

Embora a casa lá continue, jamais vi viva alma nas incursões à aldeia no séc. XXI e não havia a quem perguntar sobre o destino da jovem que ali compartilhara estrelas, estirada nos trigais na berma da estrada em noites de luar. O edifício sobradado mantivera-se igual. O

alpendre da varanda mudara de madeira para cimento e ferro, numa concessão ao modernismo que infestara toda a aldeia e vira mamarrachos de ferro forjado e alumínio, substituir fachadas de madeira ancestrais e originais.

De que ilusões teriam falado dois adolescentes naquelas noites sussurradas? Que sonhos acalentariam, que loucas poesias e utopias teriam escrito? Palavras que a brisa noturna levava com os pirilampos a acenderem céus de idílios, mitos e fantasias. Nem eu sabia já. Por mais que me esforçasse a sua imagem aparecia esbatida, sem rosto, apenas os cabelos entrançados ou soltos e longos ao vento e um eterno sorriso, feliz e aberto de ponta a ponta. Como não fumava, tive a novel experiência de trincar uma palha seca ao canto da boca, como eram dantes caricaturados os aldeões. Pensava que se o fizesse estaria mais integrado no meio-ambiente que me cercava.

Só agora, muitas décadas depois, pude visitar tais memórias. Era obviamente tarde demais para recordar fosse o que fosse, e conquanto vivesse agora noutra aldeia rural, nos Açores, rodeado por vacas alpinistas, montes verdes e um mar imenso, os tempos eram outros, a idade também e mesmo à noite as estrelas eram bem menos brilhantes e em menor número...

Depois, as férias terminaram, o ramerrame quotidiano da vida na cidade tinha-se imposto às recordações do verão. Havia o Liceu, as aulas, as exigências da vida na grande urbe, as solicitações várias, e todos os sonhos, promessas e utopias tinham ficado escondidos no negrume das noites sem estrelas da grande cidade.

Porque insisto sistematicamente em regressar a origens que afinal nem são minhas?
 Porque assumo a ascendência transmontana quando apenas lá passei verões na juventude?
 Porque esqueço toda a matriz de onde estudei e adotei como minha a terra da mãe e avós maternos?

*Deverão ser vistas apenas nesta feição?
 Representarão algo mais do que essa libertação inatingível?
 Serão uma mera recriação mitológica que a saudade da distância intercontinental matizou em tons rosa?
 Não será apenas a voz mais forte desse apelo inelutável que é o regresso às origens e raízes de cada um?
 As raízes não estão onde as queremos, mas onde as sentimos.
 O reencontro anunciado e desejado com a terra onde se foi feliz?
 Teriam sido os momentos de ventura de mim enquanto jovem?
 Dias e meses que as mentiras e hipocrisias da sociedade urbana não molestaram?
 Ou seria o limbo da inocência perdida?*

58.3. ALFÂNDEGA DA FÉ.

58.3.1. LENDAS E TRADIÇÕES

Já Alfândega da Fé, a terra onde a mãe nasceu, permanece inalterada em 60 anos, exceção feita ao novíssimo Centro Cultural José Rodrigues inaugurado em 2005 e pouco mais.

Alfândega (da Fé) é um nome de origem árabe - sécs. VIII e IX (Alfandagh). É possível que anteriormente já existisse algum povoado de origem castreja, porque existem muitos vestígios arqueológicos desse e de períodos anteriores. Durante a ocupação árabe foi sede administrativa da região "Valiato de Alfandica". A transformação em Concelho medieval aconteceu com Foral

de D. Dinis de 1294 (confirmado por D. Manuel, 1510) e em 1295 concede-lhe carta de feira, com a particularidade de se realizar depois da de Mogadouro e antes da de Mirandela. Em 1320, D. Dinis mandou reconstruir o castelo, anterior ao primeiro foral e provavelmente construído pelos mouros, mas que desapareceu. Rui de Pina, na *Crónica de Dinis*, descreve a reconstrução: “Ano de 1320. Povoou de novo e fez os castelos de Vinhais, Vila Flor, Alfândega, que mudou para o lugar onde agora está que se chamava antigamente cabeço de S. Miguel.” Em 1385 D. João I obrigou os moradores de Alfândega da Fé a trabalhar na reconstrução dos muros de Torre de Moncorvo, como “castigo” pela vila ter tomado partido por Castela. Este seria o primeiro monarca a passar por Alfândega da Fé, na viagem que em 1396 o levou a Torre de Moncorvo e Bragança.

Em 1498 foi criada a Misericórdia. Na primeira metade do séc. XVIII, a população não ia além dos 150 vizinhos.

Luís Álvares de Távora intitulava-se senhor de Alfândega. É desse tempo a construção da ponte de Zacarias. Dos Távora restam poucos elementos da presença: a casa na vila foi transformada e o que resta não revela grande traça arquitetónica, merecendo registo o portal da entrada, deslocado para uma casa particular...a Capela de S. Sebastião, (inicialmente Ermida) com campanário dos Távora, e a Capela dos Ferreiras, com brasão picado, a identificar ligações à família. O recenseamento de 1530 indica o castelo como “derrubado e malbaratado” e nunca mais foi recuperado, embora o Tombo dos Bens do Concelho de 1766 ainda identifique os “antigos muros” e a Torre do Relógio, atual ex-líbris da vila, na zona do Castelo, parece ser o que resta do antigo castelo medieval.

Em Alfândega da Fé a divulgação das ideias republicanas verificou-se antes de 1910 nas manifestações a favor da restauração do Concelho (1895 a 1898), por Ricardo Raphael d'Almeida, uma das figuras que assinam o “Auto de Proclamação da República” neste Concelho. De facto, os ideais republicanos acabaram por ganhar corpo em 1908, com a fundação da primeira Comissão Municipal Republicana¹⁰, iniciativa do jovem Joaquim Cândido de Mendonça, que foi seu Presidente e da qual fizeram parte Simão Machuca, Arthur de Magalhães (trisavô), Inácio Baptista, Viriato Pessoa, Camilo Correia, Alfredo Morais, João Francisco, António Rego, António Abreu. Carolino Augusto Trigo; Bernardino Arthur de Magalhães (meu tio bisavô, tio-avô da minha mãe).

Sendo um Concelho antigo e para mais com um nome de origem árabe, é fácil compreender por que razão o imaginário popular gira fundamentalmente em torno das lendas das “mouras encantadas”, não havendo quase Freguesia nenhuma onde esse tipo de situações não nos apareça. Contudo, existem duas lendas mais estruturadas e com ligação a factos históricos, como a “Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas”, que pretende explicar uma parte do nome da vila e marca a resistência dos cristãos face à ocupação muçulmana e a “Lenda de Frei João Hortelão”, relacionada com uma personagem real e que tenta explicar a existência, na localidade de Valverde, de uma importante cruz processional. Esta lenda (e o tributo das donzelas), tem sido referida em publicações¹¹, com uma ou as duas designações acima. Recentemente foi publicado pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé um romance inédito de João Baptista Vilares, cujo tema é esta lenda.

58.3.2. LENDA DOS CAVALEIROS DAS ESPORAS DOURADAS, OU DO TRIBUTO DAS DONZELAS.

No tempo do domínio muçulmano existia um mouro que, a partir do castelo do monte carrascal, próximo da localidade de Chacim (já foi vila e hoje pertence ao Concelho de Macedo de Cavaleiros) dominava toda a região, incluindo as gentes de Castro Vicente (também foi vila e hoje pertence ao Concelho de Mogadouro) e as de Alfândega e como feudo exigia às

¹⁰ http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=65

¹¹ como “Santuário Mariano”, “Monarchia Lusitana” de frei Bernardo de Brito, na “Chorographia” do Padre Carvalho da Costa, no “Dicionário Geográfico” do Padre Luís Cardoso e posteriormente em publicações mais recentes

populações a entrega de donzelas. Revoltados com este "tributo de donzelas", os moradores de Alfândega e Vilares da Vilariça reagiram com armas, tendo os seus "Cavaleiros das Esporas Douradas" organizado uma investida, apoiados pelos de Castro Vicente. A batalha entre as duas partes ocorreu próximo do castelo do mouro; apesar de aguerridos os cristãos estavam prestes a perder a luta, tantos eram já os mortos e os feridos. Entretanto, apareceu N. Sra., que foi reanimando os mortos e curando os vivos, passando lhes um ramo de bálsamo que trazia na mão; à medida que o grupo dos cristãos se foi recompondo a peleja aumentou de intensidade e os muçulmanos foram rechaçados terminando assim a obrigatoriedade daquele tributo. No local construiu-se a Capela em homenagem a N. Sra. de Bálsamo na Mão, hoje santuário de Balsemão. O local de tão grande chacina deu origem a Chacim, sede de Concelho até meados do séc. XIX; e Alfândega, graças à valentia dos seus cavaleiros, da fé cristã, passou a designar-se Alfândega da Fé. Relativamente à lenda e para explicar a existência dos cavaleiros, o Padre Manuel Pessanha sugere que Alfândega da Fé fosse sede de uma ordem militar, "antiga, anónima, muito anterior aos Templários, e mesmo a qualquer ordem militar conhecida" com cerca de duzentos membros. Na realidade o Padre Carvalho da Costa, na sua "Chorographia", refere a existência de duzentos cavaleiros, mas o Padre Luís Cardoso, no "Dicionário Geográfico", refere apenas 25. Entretanto, não deve excluir-se a possibilidade de o imaginário popular ter encontrado na Ordem de Malta a ideia dos cavaleiros. Um estudo recente de Belarmino Afonso refere que a Igreja de Malta pertenceu àquela Ordem desde D. Sancho I, o que nos leva para o séc. XII. Ora, como a Carta de Foral de D. Dinis já identifica Alfândega da Fé como vila e possuindo castelo, é de admitir que o Concelho já existisse anteriormente com esse nome, pelo que a lenda só teria sentido se fosse ainda mais antiga, uma vez que os acontecimentos nela contidos servem sobretudo para explicar o "da Fé". Ou seja, a lenda pode ser anterior à própria nacionalidade e transformar-se num elemento de estudo que comprove o papel que a vila teve durante o domínio muçulmano nesta região.

58.3.3. LENDA DE FREI JOÃO HORTELÃO.

Frei João Hortelão, nasceu em Valverde. João Baptista Vilares, na Monografia do Concelho de Alfândega da Fé, refere o ano da morte 1499, data que parece não condizer com estudos recentes sobre a peça de ourivesaria religiosa, a "Cruz de Valverde", a que se liga todo o seu percurso "lendário". Este devoto cristão tem uma biografia por terras de Portugal e Castela pouco conhecidos, podendo concluir-se que a faceta da lenda resulta mais do imaginário popular do que dos verdadeiros acontecimentos. O carácter religioso e as virtudes pessoais, onde não faltou sequer o facto de ser oriundo de famílias pobres e ligadas à pastorícia na aldeia natal, foi sendo, ao longo dos séculos, envolvido em histórias e acontecimentos que ninguém pode comprovar, incluindo o espírito profético que o levou a adivinhar o ano da morte. Entre as muitas "façanhas", quando jovem, conta-se o seu "jeito" especial para a pastorícia dizendo-se, como escreve João Vilares, "que deixava o gado à volta do cajado e ia ouvir missa aos povoados da outra margem do rio Sabor. Quando regressava, o gado lá estava no mesmo sítio quieto e manso. O amo, sabendo isto, proibiu-lhe a passagem do rio na barca, mas ele continuou atravessando a corrente, servindo-se da capa para barco. O patrão despediu o pastor que foi para Castela, mendigando pelo caminho. Na descrição J. Vilares não mencionou que no lugar onde Frei João Hortelão deixava o gado cresceu, segundo a tradição, uma cornalheira de dimensões fora do vulgar, transformada em árvore frondosa, cuja folhagem se mantém verde durante todo o ano, ao contrário do que acontece com esta espécie, que não atinge mais de dois metros, como arbusto, de folha caduca!

Talvez "a outra margem do rio Sabor" não corresponda à verdade histórica e estejamos a falar da antiga povoação de Cilhades, na margem direita, que dá para a encosta onde se encontra a tal cornalheira; bem vistas as coisas, estamos a falar do Concelho de Alfândega da Fé, cujas fronteiras o separavam de Sta. Cruz da Vilariça naquela zona, no local designado "rebenção", e toda esta área foi pertença de Alfândega até à reforma dos concelhos de 1855! Mas o espírito "milagroso" deste Frei João Hortelão não se ficou por aqui. Na sua Freguesia de origem, existe outro local conhecido por "bardo do Frei João"; o motivo é semelhante: de acordo, uma vez mais, com a tradição popular, deixava o seu rebanho, sem as habituais guardas

de madeira, e os animais não saíam do local, de tal forma que ainda hoje o mesmo se mantém sempre com verdura! Despedido, Frei João Hortelão terá rumado até Castela e ficado pela vila de Ledesma (Salamanca) tomando o hábito de leigo e entrando para o Convento de Sta. Marina. Diz J. Vilarés, na obra citada, que "por meio de esmolos, conseguiu edificar a Igreja Matriz de Ledesma onde se conserva, segundo a tradição, uma gota de leite da Virgem e uma madeixa do seu cabelo tudo obtido pelo santo varão".

Fernando Pereira, num estudo recente, nega categoricamente as afirmações, nomeadamente a construção da Igreja. Mas é indiscutível que Frei João Hortelão viveu em Ledesma, ali está sepultado, e lá se confirmam registos populares da sua santidade, quanto aos dotes para afastar os pássaros das sementes das hortaliças que semeava, atividade que acabou por lhe dar o nome! No entanto, a grande façanha atribuída a Frei João Hortelão resulta de algo mais espantoso e menos explicável, porque contraditório com o seu viver conventual: "com bocadinhos de prata que ia guardando na oficina onde trabalhava fez a formosa cruz", a Cruz Processional de Valverde, símbolo maior da ourivesaria de Alfândega da Fé e que a população guarda com autêntico sentimento de fé, misticismo e patriotismo. Fernando Pereira fez uma investigação aprofundada sobre a peça. Em primeiro lugar, a Cruz de Valverde foi trabalhada em Castela, não em Ledesma, mas provavelmente em Astorga e o respetivo ourives é conhecido, e identificado através da punção existente na peça. Em segundo lugar e de acordo com o autor, "pelas características técnicas que apresenta, esta cruz e o par de galhetas, não poderão ir além da segunda década do séc. XVI"; ou seja, a ser verdadeira a data da morte de Frei João Hortelão, não existe coincidência entre a vida do mesmo e o fabrico da peça, ainda que as distâncias temporais, por tão curtas, não nos permitam decidir categoricamente não existir relação direta entre os acontecimentos. Uma coisa é certa: aquele estudo provou que a Cruz de Valverde foi executada numa oficina registada e tem os brasões de armas das famílias Velasco e Avellaneda, de Castela, ligadas por laços matrimoniais, mas sem ligações conhecidas a Valverde. Fica assim a hipótese, que continuará a alimentar a lenda, também corroborada por Fernando Pereira: veio a Cruz, pelas mãos de Frei João Hortelão, parar a Valverde?! E se assim foi, como explicar que peça tão importante, representativa da arte específica da ourivesaria castelhana do séc. XVI, tenha chegado a esta distante e pequena povoação do Nordeste? Que haverá de mais interessante do que manter as dúvidas por desconhecimento histórico...e perceber que as Lendas não se mudam no imaginário popular, por maior que seja o nosso conhecimento científico?!¹²

No meu Cancioneiro Transmontano 2005 (ed. Sta. Casa da Misericórdia de Bragança) há outra versão

58.3.4. FREI JOÃO HORTELÃO (outra versão)

Pascoal era o nome de batismo, nasceu em Valverde e ali guardava gado. Foi para uma aldeia vizinha, Eucísia. Eram pouco gentis com ele e daí foi ao Felgar. Apresentou-se com o nome de Ildefonso, mas o povo chama-lhe Alifonso. Apascentava também o gado com a condição de o patrão o autorizar ir à missa. O patrão discordou e deu ordens ao barqueiro de o não passar para cá, quando andasse do lado de lá, para ir à missa. Então punha o gado à volta do cajado e deitava a capa na água e assim conseguia transpor as águas para a outra margem. O patrão proibiu-o de guardar o gado, mandando-o tratar da horta. Proibiu-o de ir à missa, porque tinha de ficar a guardar os pássaros e as galinhas. Ele batia-lhes as palmas. Vinham os pássaros e as galinhas e metia-os numa adegas. O patrão ao ver neste fenómeno algo de anormal, quis entabular conversa com o Ildefonso, mas este nada respondia. Resolveu ir para Espanha e entrar num Convento, em Castela. Ali os monges puseram-lhe o nome de Frei João Hortelão, porque quis dedicar-se à cultura da horta. Plantava as couves com a raiz para cima e ia à cozinha dizer para ir colher folhas, que as couves estavam frondosas! Enviou para Valverde uma linda casula, uma custódia e um sino. Nas trovoadas iminentes tocam-no, elas dispersam-se e nunca deixam

¹² In <http://concelhos.dodouro.com/jornal/alfandegadafe.asp>

prejuízos. Enviou também uma cruz gótica, com trabalho de filigrana do séc. XV. Para a Eucísia, reza a lenda, que enviou um sino de cortiça, com o badalo de lã. RECOLHA (1985) de Hermínia Trigo, Ferradosa – Alfândega da Fé.

58.4. DO AZINHOSO AO SENDIM DA RIBEIRA

Quando estávamos no Azinhoso (Mogadouro) além do chiar do já mencionado chiar dos rodados das carroças de bois que nos acordavam bem cedo todas as manhãs, lembro-me de tantas coisas que é difícil coordenar pensamentos. A primeira recordação bem forte ligada ao Azinhoso relacionava-se com o primo Zeca Magalhães de Oliveira que, depois da inesquecível viagem de comboio desde Campanhã, nos ia buscar, ao Tua ou ao Pocinho, no seu imponente automóvel De Soto de 4 portas, cor bege, matrícula AL-13-31, herdado do rico latifundiário seu pai, a chiar todo o caminho por aquela estrada sinuosa. o meu pai sempre temeroso, agarrado a uma alça lateral, com medo, a pedir para não ir tão depressa.

Estava sempre um calor de morrer no verão naquelas terras quentes transmontanas. O carro era um monstro pesadão e assustava qualquer um, guiar daquele modo naquela estrada cheia de precipícios e sem guardas de proteção, a não ser um velho murete de cinquenta centímetros orlando a estreita via. Até Torre de Moncorvo era um susto dos maiores, depois a estrada era mais plana (no planalto de Terras de Miranda, continuação da Meseta de Castela) até Carviçais, depois Lagoaça, aldeia de Castelo Branco até ao Mogadouro e Azinhoso. Eram uns 70 e poucos km e demorava-se pouco mais de uma hora... Deve ter sido nessas viagens que ganhei o gosto pelas estradas de montanha cheias de curvas e contracurvas.

A garagem da velha casa do Azinhoso, distava aí 100 metros e deliciava-me – todos os dias – a escapulir-me para ir lá e ver aquele carro, estacionado ao lado da caleche de cavalos que a tia-avó utilizara nas suas deslocções, tal como os meus avós que tinham ido de Bragança ao Porto aquando da sua lua-de-mel. Sentava-me no carrão a ouvir o rádio e a aprender a manejar os botões e alavancas apesar de não chegar aos pedais. Fiquei triste, muito triste mesmo, quando anos mais tarde se desfizeram do carro (devia consumir 30 litros aos 100 km). Durante o dia aparelhava-se um burro ou mula pela arreata e lá andava eu nos primeiros passeios a cavalo, a partir dos 5 anos. Foram férias que não esquecerei, as que passei na velha aldeia do Azinhoso (perto da raia com a Espanha) no Concelho de Mogadouro, bem antiga, anterior à fundação do condado Portucalense e que recebeu foral de D. Afonso II em 1272.

Da Proto-História são variados os vestígios de povoados conhecidos por “castros” e que geralmente acompanham as linhas de água, lugares de difícil acesso e de fácil defesa natural. Terá sido a tribo dos Zoelas, parte do povo astur-augustano a responsável pelos povoados fortificados que aqui encontramos.

O Azinhoso é uma das poucas localidades do Distrito de Bragança onde se pode encontrar um museu de Arte Sacra, dentro da antiga Capela da Misericórdia da Igreja de Sta. Maria de Azinhoso, e que guarda consigo pequenos tesouros do quotidiano religioso dos sécs. XVI, XVII e XVIII. O expoente máximo do espólio é a custódia de estilo gótico manuelino oferecida pelo Venturoso, D. Manuel I, e um cálice do séc. XVI, ambos em prata dourada. Destacam-se missais antigos, frescos, estátuas e paramentos do séc. XVIII. Aqui pode encontrar um pelourinho do séc. XIV, que representa o poder concedido por D. João I, na Carta de Foral de 1386. Assente em três degraus quadrangulares, o fuste redondo tem 4,30 m de altura, escadório em pirâmide quadrangular e o capitel com uma cruz grega em pedra,¹³ símbolo da autonomia administrativa entretanto perdida. A Igreja Matriz, principal património, data do séc. XII, estilo românico, com

¹³ Imóvel de Interesse Público, Dec. 23 122, DG 231, de 11 de outubro de 1933

a imagem de Sta M^a do Azinhoso, perante a qual D. Nuno Álvares Pereira terá pedido proteção para a guerra contra os castelhanos, em 1386. Apenas a imposta corrida da porta lateral esquerda da Igreja do Azinhoso nos apresenta uma decoração visigótica ou de influência visigótica (parras e uvas). No ano de 1301, era conhecido por Santuário do Azinhoso.

Azinhoso teve foral novo de D. Manuel I em 1520, misericórdia e Hospital em 1647, fruto da importância que detinha. O nome deriva da existência de azinheiras (Azinhoso nas Inquirições de 1258), conhecidas por carrascos. A 25 de maio do ano de 1297 El-Rei D. Diniz com a Rainha Santa Isabel e seus filhos, infantes D. Afonso e D. Constança, em Coimbra fazem Carta de doação "aos Templários do Padroado das igrejas de S. Mamede de Mogadouro e de Sta M^a de Pena-Royas", com todas as capelas e ermidas, direitos e pertenças, com o consentimento de D. Martinho, arcebispo de Braga.

"... E nem alguém se persuada, que n'esta doação amplíssima se incluiu a Ermida do Azinhoso, e que então foi quando os Templários fizeram levantar este vasto edifício, que ainda hoje se faz distinguir; porquanto a Real Coroa não dimittio senão o que lhe pertencia, e não o que era de tempos immemoráveis dos Arcebispos de Braga. Isto se evidencia da composição, que D. Vasco Fernandes, Mestre da Ordem do Templo em Portugal, fez com o mesmo arcebispo sobre a terça pontifical, que as igrejas de Mogadouro, e Pena-Royas deviam pagar à mitra; assentando, que pela terça, e direitos pontificaes, ou episcopaes, houvesse o Arcebispo a quinta parte dos dizimos: que houvesse a preocupação de cada huma das ditas igrejas, quando as fosse visitar: que instituisse os apresentados ás ditas igrejas pela Ordem, ora fossem freires, ora seculares, sendo idoneos, os quaes prestariam obediencia, e iriam aos synodos dos Arcebispos de Braga. Reserva com tudo o arcebispo D. Martinho para si a cera, e os votos, que das ditas igrejas se lhe costumavam pagar, acrescentando: "Heremitagium tamen nostrum, quod vocatur Sancta Maria de Azinoso, cum omnibus juribus, et pertinentiis suis, nobis nichilominus reservamus. Feito o instrumento em Santarem a 16 de outubro, e novamente aprovado, e se'lado em Braga pello mesmo Arcebispo a 11 de dezembro, se acha original no archivo de Thomar."

Azinhoso era terra de judeus. No velho caminho medieval para Penas Roias, à saída do Azinhoso, existe um local chamado "pelames", onde os peleiros curtiam as peles. A Professora Maria José Pimenta Ferro Tavares, no livro "Os Judeus em Portugal no séc. XV" (p. 75), regista uma comuna judaica no Azinhoso. A estrutura da rua, ao longo do caminho, demonstra que o Azinhoso era uma terra de passagem. Praticam um misto de religião com bruxaria, com as suas promessas, tipo de religião contratual romana.

Sem sentido histórico, tudo o que é velho, é atribuído aos mouros e em locais de interesse arqueológico histórico há tesouros, mouras encantadas e sinos em ouro, teares que só se veem na manhã de S. João, etc. A crença das mouras encantadas é, no fundo, um vestígio do culto pagão que deificava as águas das fontes, fazendo-lhes sacrifícios e ofertando-lhes flores. A lenda dá continuidade à realidade histórica. O título de Condes de Azinhoso usado apenas uma vez, foi criado por Filipe II, Rei de Espanha por carta de 10-01-1583 a favor de D. Nuno Mascarenhas, senhor de Palma c. 1555, casado com Isabel de Castro c. 1555, filho de D. João Mascarenhas 1520 e de D. Helena de Castelo-Branco 1520.

A minha tia-avó, Francisca Alzira Magalhães, era dona de olivais sem conta, sendo viúva dum dos maiores proprietários da região (cujo apelido era apropriadamente Oliveira) e casou a filha mais velha com um filho do outro maior proprietário da região, herdeiro da antiga família Pimentel. O genro foi Presidente da Câmara de Mogadouro, exerceu advocacia e notariado, deputado da Assembleia Nacional até ao 25 de abril e voltou a ser Presidente da Câmara, numa manifestação dos dotes de transitar da Ditadura para a democracia sem perder estatuto. Os Pimentéis, além da casa no Azinhoso, paredes-meias com a da minha tia, tinham o Solar de família na aldeia de Castelo Branco a 11 km de Mogadouro (atualmente destruído à espera de ser restaurado como Pousada de luxo sendo apenas mantida a fachada). O outro genro, da família Castro, residia no Azinhoso com uma longa linhagem e religiosidade.

A casa da minha tia era uma casa bem rica e apetrechada com todas as comodidades modernas, desde água encanada a eletricidade, coisa que não se via em qualquer outra aldeia

da família. Tinha na entrada uma varanda aberta, cheia de trepadeiras e bancos de jardim em madeira, depois entrava-se para um enorme salão, bem fresco, com dois pequenos escritórios do lado esquerdo. No da frente havia um magnífico gramofone com discos de 33 rpm do começo do séc. XX que fez as minhas delícias enquanto ouvia sons desconhecidos. A seguir havia uma pequena sala de jantar com escadas para o andar de cima e ao lado um salão formal de jantar com antecâmara. Havia, em seguida, uma enorme cozinha com escano, seguida da cozinha velha de igual tamanho e que só era usada nas festas. Ao lado da cozinha nova, havia uma casa de banho com água canalizada (a canalização municipal chegaria depois de 1974) e dois quartos principais, com janela para a Igreja, seguidos de mais três quartos (um deles enorme e dois interiores) onde cabiam umas oito camas. No andar de cima além da varanda envidraçada, havia vários quartos com ligação a umas escadas para uma outra entrada da frente de casa e para as traseiras (esses quartos ficavam cheios na época da caça). Na parte de trás um pátio enorme onde se construiu a casinha para o gerador elétrico (a eletricidade só viria depois do 25 de abril) e em cima uma varanda para o Tournal. No pátio, havia dois fornos para cozer pão e folares, a entrada para a cozinha velha e a saída para as cortes. Ao cimo do pátio e ao lado do portão havia as cortes e as cavaliças nas quais havia burros e cavalos, um macho ou mula, aos quais eu ia dar de comer. As cavaliças davam para um terreiro, a nível superior, o amplo Tournal, onde se realizavam as feiras (a anual dos burros foi reativada em 2004), cortado a meio pela pequena escola primária onde a minha mãe lecionou (dois ou três anos até casar em 1948).

Havia sempre a presença (para mim inexplicável) lá em casa, do Sr. Padre Manuel (viveu no Azinhoso desde 1950 e faleceu ao virar do séc. XX) que era de uma paciência inacreditável e que, segundo consta, eu massacrava com beliscões irritantes, aos dois anos de idade. Mais tarde, na adolescência, tive discussões filosóficas com ele, embora já tivesse muitas dúvidas sobre alguns dos pontos fulcrais da Igreja católica apostólica romana. Nunca entendi porque é que durante as estadias no Azinhoso, o padre Manuel estava sempre presente nos jantares e almoços em casa dessa minha tia-avó. Decerto que algo de errado fez, ou tinha a consciência pesada, pois, as primas e filhas jamais mostraram laivos religiosos, antes se caracterizando pela sua dependência do dinheiro, pelo aspeto facial tipicamente judaico e comportamento avaro. Uma família de gente infeliz, podre de rica. Centraram a existência em casamentos de famílias ricas para que os filhos e netos crescessem e multiplicassem a fortuna sem jamais a aproveitarem em algo de útil (ou inútil) e vivem (ainda hoje) obcecadas por esse desiderato.

Foi no Azinhoso que a minha mãe deu aulas antes de eu nascer, após ter trabalhado nas Caixas de Previdência na Rua Visconde de Setúbal, no Porto Toda a aldeia tinha hábitos e costumes diferentes, as caras eram diferentes (mais judias? interrogar-me-ia anos mais tarde). A casa da minha tia-avó ficava paredes-meias com a do pai do genro, representando ambas as casas os mais ricos proprietários da região, verdadeiros latifundiários numa região tipicamente constituída por minifúndios. O Azinhoso, na minha juventude, tinha uma venda, quase em frente a casa e à Igreja, na descida da Rua Direita, do lado direito, onde havia o posto telefónico e os correios, na qual havia um senhor meio-gago, o Henriquinho casado com a Mariazinha (falecida em março 2006) com duas filhas (a Maria Adília e a Maria Arminda). Era ali que chegavam (e o Henriquinho recebia) as cartas de amor do meu pai. Como via um nome estrangeirado e gaguejava, ia bater à porta de casa a dizer à minha mãe que chegara carta do senhor *xri* dado não conseguir ler o *Chrystello*. Ainda hoje gozo e repito isto quando alguém tem dificuldades em pronunciar o apelido, adulterado milhões de vezes, desde *Chrysler* a *Christofle*, *Castelo*, *Crastelo*, *Crestelo*, *Perestrelo* ou *Costello* consoante os países, digo-lhes sempre que é fácil: *xri*....

Seria ao Azinhoso, de que tanto gostava, que o meu pai se deslocava nas férias a cantar a canção do bandido à mãe? Calculo o que devia custar em termos logísticos, partir do Porto de comboio, fazer toda a linha do Douro e Alto-Douro, bem bonita mas lenta e perigosa, demorando

quase um dia de viagem, para no final fazer transbordo de comboios no Tua até à estação mais próxima em Mogadouro¹⁴, e dali ao Azinhoso, eram mais uns 6 km até àquela antiga e importante vila, mas então apenas uma pequena aldeia perdida no meio do pó, esquecida das gentes, em terra de ninguém, sem carreiras de autocarros estabelecidas, havendo necessidade de contratar um carro de praça (táxi) para o levar até ao Azinhoso.

Sem ter onde ficar no Azinhoso (nessa época os namoros eram com paus-de-cabeleira e à vista de todos e não podia ficar como hóspede na casa da família da futura noiva), teria de contratar outro carro de praça (seria o mesmo?) para ir dormir a uma qualquer pensão (não havia hotéis no Mogadouro do final da guerra) e repetir a cena nos dias seguintes. Tarefa inimaginável nos dias de hoje e – mesmo assim - incompreensível para a maior parte das pessoas. Já sei a quem saí, nestas mirabolantes andanças amorosas. Mas de facto, o meu pai nunca lá fora namorar, limitara-se a fazê-lo no Porto, quando a minha mãe trabalhava na Federação das Caixas de Previdência antes de começar a dar aulas.

Nas minhas férias, com ou sem os pais, íamos muitas vezes às pequenas quintas que a família tinha, dispersas em vários locais nas redondezas e, dessas idas recordo bem o aviso para não comer melancias quentes por causa da digestão. O sol abrasador, todos usávamos chapéu, e passava-se a tarde a apanhar frutos e a petiscar na sombra duma qualquer árvore antes de irmos aproveitar a frescura ao fim da tarde no enorme pátio sob a copa da frondosa, enorme e centenária, figueira que fazia as delícias da minha mãe, sempre adepta deste fruto.

Teria 14 ou 15 anos quando comecei a conduzir o Volkswagen bege da prima Stela ao longo dos 6 km de estrada poeirenta entre o Azinhoso e Mogadouro. A uns 200 m. da entrada no Mogadouro, antes do entroncamento para Vale da Madre, cedia o volante para que a Guarda (GNR, Guarda Nacional Republicana) não me apanhasse. Era raro passar outro carro, creio que no Azinhoso havia meia dúzia, 2 lá em casa, 2 dos Pimentéis, 1 dos Castro e pouco mais. Suponho que a única vez na minha aprendizagem de condução, que me cruzei com outro veículo motor foi com um carro de praça (táxi). O trânsito no início da década de 1960 era de tração animal. A estrada estreita (hoje mais alargada e asfaltada), tinha o enorme perigo do pó que se levantava e das curvas, abauladas pela erosão, em cascalho solto que podiam projetar o carro para fora da estrada. Havia dois ou três pedaços de reta em que o carro atingia uma boa velocidade (50 km/h) e junto à Capela de N. Sr.^a do Caminho. Mas tinha de estar muito atento na minha inexperiência de principiante às cabras, ovelhas e outro gado que passavam pela estrada.

Penas Róias é um povoado acastelado com pinturas rupestres (Fraga da Letra) que pertenceu à Ordem dos Templários e depois entrou em declínio. Tem um castelo roqueiro anterior à nacionalidade, que foi de Fernão Mendes, o Braganção, ao tempo tenens da Terra de Bragança, circunscrição na qual a localidade estava inserida, que, em 1145, no tempo de D. Afonso Henriques, o doou aos Templários. Já existiria um reduto defensivo de importância, pois não se justificaria a doação. A ser assim, poderão ganhar nova relevância os vestígios de torreões de planta circular, que se encontram nos vértices do castelo. Estes elementos não são comuns na arquitetura militar medieval setentrional (que optou, por torres de planta quadrangular) e podem estar associados a uma fase construtiva ligada à realidade leonesa (os castelos da margem direita do Côa optaram por esta solução). Os estudos mais recentes de Mário Barroca, sugerem uma anterioridade dos torreões circulares de Penas Róias em relação à obra templária¹⁵.

Embora se afirme a data de 1166 como o início da construção do Castelo, sob a direção do Mestre da Ordem D. Gualdim Pais, a inscrição epigráfica na Torre de Menagem está

¹⁴ A linha do Sabor até Mogadouro funcionou entre 1933 e 1988, e de Mogadouro – Duas Igrejas – Miranda do Douro abriu só em 1938

¹⁵ ver <http://www.culturante.pt/pt/patrimonio/castelos/castelo-de-pena-roias/#sthash.nxefuFyv.dpuf> –

bastante deteriorada. É possível, ler-se “Era 1210”¹⁶ ou “Era 1219”¹⁷. Alguns autores pretendem ler o nome de Gualdim Pais, o que não é plenamente verificável. De qualquer modo, os trabalhos contaram com o seu patrocínio direto, uma vez que a torre (e o castelo) inscrevem-se na construção de castelos Templários no país, todos assinalados por inscrições epigráficas e empreendidos por Gualdim Pais, como os de Almourol, Longroiva, Tomar e outros.

No reinado de D. Sancho I (1185-1211), empreendeu-se esforço de repovoamento da vila, que passou a sede de Concelho, enquanto a Ordem deslocava a sua atuação para a Beira-Baixa, O castelo dominava a pequena povoação. No reinado de D. Afonso III (1248-1279), a vila encontra-se referida nas Inquirições de 1258, tendo recebido Carta de Foral, juntamente com Mogadouro, em 1272, renovado no ano seguinte. Com a extinção da Ordem do Templo (D. Dinis 1279-1325) transferiu os domínios para a Ordem de Cristo (1319), acreditando-se que tenha havido trabalho de recuperação e reforço das defesas à época. Conforme a iconografia de Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, 1509), a vila encontrava-se murada.

D. Manuel I (1495-1521) concedeu-lhe Foral Novo (1512). O castelo passou mais tarde aos Távoras. Em 1758 já se encontrava em avançado estado de ruína. Hoje resume-se a uma torre alcantilada, de planta quadrangular com 5 metros de lado, de aparelho simples à base de xisto quartzítico misturado com argamassa. A estrutura frágil da torre não permite o acesso. No lintel podemos observar a cruz pátea templária com a inscrição: “Gualdim Pais, Mestre-geral dos Templários, mandou fazer o castelo de Pena Roia, iniciando os trabalhos a 4 das Calendas ... era de 1204 sendo freires assistentes frei João Francisco ...”.

Uma das cenas marcantes das férias transmontanas ocorreu em 1962, quando com os primos e o pai fomos de jipe a Penas Roias, a 7 km do Azinhoso, mas à época parecia mais uma viagem de uma hora. No início de 1960 ainda não havia estrada, apenas um caminho de burros serra acima e nem se pensava sequer na barragem de Bastelos que está aos seus pés. Por isso entramos no jipe do Zeca, meu primo médico, com o primo Carlos Alberto e o meu pai, um pouco temerosos, que não eram para grandes aventuras motorizadas e atravessamos a Ribeira de Bastelos, por entre montes e rochas despidas de vegetação, subindo o fraguedo a pique nos socacos do velho castelo. Passou-se pela velha ponte romana ou templária entre Azinhoso e Penas Roias (hoje completamente ao abandono) até se chegar à "fonte da Vila," monumento interessante de grande antiguidade com figuras antropomórficas (hoje votado ao desprezo). A certa altura o jipe aberto, voltou-se (capotou) e tivemos todos de saltar para não ficarmos debaixo. Lá o endireitamos e subimos ao castelo onde o senhor padre, numa habitação ao lado, nos ofereceu (da sua bem recheada arca em madeira) uns ricos chouriços com pão de centeio e bom vinho da região. Jamais esqueci a aventura que me marcou para fazer viagens semelhantes para o resto da vida. Em 2008 tive a oportunidade de contar a mítica viagem a um filho do primo Zeca que estava na esquadra da PSP do Nordeste (e eu já não conhecia pois não o via desde miúdo).

Recordo como o avô materno era aficionado pelos piqueniques e jamais escapávamos a um piquenique sob a vetusta Ponte de Remondes¹⁸, quase a meio caminho entre o Azinhoso e Alfândega da Fé. Embora a água que ali corresse não fosse muita e as sombras não abundassem, o certo é que era o local favorito de piqueniques para o meu avô, embora ficasse a boa distância, uma ou duas horas de condução. Esta estrada cansativa deve ser das mais difíceis do país com mais de 200 curvas e contracurvas, e ajudou a manter Mogadouro afastado do resto do mundo. Quando ali passei entre 2002 e 2005 parecia que o tempo tinha parado à data da minha memória do local. A estrada estava alcatroada, mas o resto permanecia igual. Hoje, existe uma nova ponte e uma via rápida mais abaixo no rio.

¹⁶ da Era Hispânica, correspondente ao ano de 1172 da Era Cristã

¹⁷ (correspondente a 1181)

¹⁸ (A ponte, hoje retirada da circulação pela Barragem do Baixo Sabor, esteve encerrada e em risco de cair em 2005).

Noutras férias fui pela primeira vez a Espanha, com os pais, primos e respetivas mulheres. De Mogadouro fomos rumo a Miranda do Douro saindo para Zamora, Salamanca e Ávila.

Em Ávila, depois de termos andado em vão, rua abaixo rua acima, em busca dum Hostel ou residencial que nos albergasse, pois nesse verão estava tudo cheio, encontramos uma vaga, mas os adultos não queriam que eu visse o que eles viram, ou seja, era duma daquelas habitações de entrada e saída rápida de trânsito noturno, de ambos os sexos, e havia vestígios desse intenso trânsito nas camas.... Tivemos sorte quando tudo parecia correr mal. Acabamos por ficar no luxuoso Parador Raimundo de Borgonha na suíte presidencial, em virtude do primo Carlos Alberto Castro ser – à data - secretário do Ministro das Obras Públicas de Portugal (Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira), e ter usado o seu passaporte diplomático para conseguir vaga, dado que o “Parador” também estava cheio. Ainda esperamos um bom bocado enquanto ligavam para Madrid a pedir autorização para ceder a suíte e certificarem-se de que mais ninguém importante pretendia lá dormir. A minha mãe e primas nunca souberam o que se passara na residencial que tinha as únicas vagas de acomodação, mas regalaram-se com a suíte normalmente reservada ao caudilho (o ditador Francisco Franco) ou a altos dignitários do governo espanhol. No Parador dormi que nem um Rei. No dia seguinte em direção a Madrid, em dois carros (Fiat 1500 e Ford Taunus 17 M) o Carlos Alberto fez uma ultrapassagem, numa reta sem fim, mas com risco contínuo, e foi apanhado pela Guardia Civil. Nem o passaporte diplomático evitou pesada multa. A viagem decorreu sem mais incidentes até Madrid onde as senhoras se deleitaram nas compras no Preciados e no El Corte Inglés. Estava embaçado, boquiaberto, pasmado, atónito, estupefacto, siderado, basbaque e desqueixolado: as jovens funcionárias de balcão, eram encantadoras, muito sorridentes e bem mais maquilhadas que as colegas portuguesas que raramente usavam pintura. Deliciado, decidi mudar-me logo para Espanha para estar perto das atraentes jovens. Para além da majestosidade dos edifícios (Puertas del Sol e Museu do Prado), recordo a imponente Abadia do Vale dos Caídos (El Escorial) que o ditador Franco construíra em memória da Guerra Civil. Mandado construir por Felipe II, (1563-1584, tem um Palácio, um Mosteiro e uma das maiores bibliotecas do mundo, ocupando 30 mil km², com 9 torres, 9 órgãos, 16 pátios, 73 estátuas, 86 escadarias, 88 fontes, 300 celas, 1200 janelas, mais de 1600 quadros, 2673 portas, etc. Aqui jaz grande parte dos Reis de Espanha dos últimos quinhentos anos da dinastia de Habsburgo e Bourbon.¹⁹

Só ali voltei em 2004, mas lembrava em detalhe o percurso, as lajes de cimento no pavimento da estrada, a subida íngreme e a nave, apesar de terem passado mais de quarenta anos. Igualmente vi o enorme El Escorial na Serra de Guadarama, 50 km a noroeste de Madrid.

Foram passeios que me encheram de História, e da percepção que embora ambos sob Ditadura, os dois países não tinham nada a ver um com o outro. Eram bem diferentes e se bem que comunicássemos em castelhano, pois normalmente não compreendem português, o certo é que tinham atitudes bem diferentes das portuguesas. Ainda não conhecia Lisboa (só a viria a conhecer em 1966 com 17 anos) mas adorei conhecer Madrid, Ávila, Salamanca. As estradas eram melhores, as gentes simpáticas, a maneira de viver mais aberta e franca. Comparados com os portugueses os espanhóis pouco ou nada tinham em comum, exceto algumas semelhanças linguísticas, de uma forma geral, mais divertidos, mais luminosos e nada sorumbáticos.

58.5. QUINTA DA BENDADA e SENDIM DA RIBEIRA

Recordo sempre com enorme pesar, mesclado de saudade, as férias passadas na Quinta da Bendada, perto do Sendim da Ribeira. Ficava ao lado das Quintas de Zacarias²⁰ e de

¹⁹O Panteão real contém os túmulos do Imperador Carlos V (Carlos I de Espanha), Filipe II, Filipe III, Filipe IV, Carlos II, Luís I, Carlos III, Carlos IV, Fernando VII, Isabel II, Afonso XII e Afonso XIII.

²⁰ Em 2017 a Quinta de Zacarias, a 5 km de Alfândega da Fé é constituída por quatro explorações agrofloretais - Quinta de Zacarias; Quinta da Bendada; Quinta do Arquinho (ou do Cruzeiro), Quinta do Mário Almeida, ocupando 950 hectares. É recortada por ribeiras e linhas de água

Saldonha²¹. Ali estive – ao menos - três vezes, em férias de verão com uma tia-avó e a prima do Azinhoso. Não havia luz elétrica, embora cabos de alta tensão estivessem plantados a menos de cem metros da casa. O poste, com o zumbido permanente assustava as gentes simples do campo, temerosas da inovação que não compreendiam e que lhes não servia de nada. Comia-se sempre à luz de vela, lamparina ou Petromax. Levantar era bem cedo como sói acontecer nas aldeias, mal o sol despontava. Depois do lauto pequeno-almoço de pão centeio, torrado nas brasas, davam-se uns passeios, mas era depois da habitual sesta da tarde, lá mais pela fresquinha, que se aprestava uma mula ou macho e ala cascós que estes montes eram indubitavelmente meus durante as horas seguintes, passadas – quase sempre - sem se ver viva alma.

A picada para o Sendim da Ribeira passava mesmo por debaixo das janelas laterais da casa de dois pisos que fazia um retângulo perfeito, com um terreiro (uma zona central ampla que daria para um picadeiro, se alguém se tivesse lembrado de o construir), tendo a ladeá-la, a casa dos caseiros de um piso, a alta casa de aprestos agrícolas e celeiro, e em frente à casa, dois lagares. O lagar de azeite deliciava por ver como se processavam as azeitonas e quanto trabalho dava para preparar o líquido viscoso e esverdeado que servia para apaladar a comida. Também vi, muitas vezes, fazerem vinho no outro lagar, onde as uvas eram pisadas com os pés à boa maneira tradicional. Não esqueço o cheiro a mosto, mas evoco os céus (então ainda e sempre azuis) sem sombra de nuvens, as noites estreladas, o silêncio entrecortado pelo vento nos trigais e ocasionalmente, lá nas alturas, um rasto solitário dum avião europeu a caminho de alguma parte, possivelmente bem longínqua. Punha-me a imaginar os destinos prováveis, consoante a direção que o rasto de vapor na atmosfera deixava, imaginando África, América ou apenas a mera Lisboa que ainda não conhecia embora já tivesse ido a Madrid...

Vivíamos com os sons simples dos animais e pássaros chilreantes pois não havia rádio nem televisão, e embora já inventada e divulgada nas cidades lá ainda não chegara. Só tínhamos eletricidade na casa do Azinhoso onde havia um barulhento gerador a gásóleo, que muitas vezes tive o prazer de ligar. Em contrapartida havia livros, muitos que se liam devagarosamente, como diria Mia Couto, e o tempo tinha outra duração mais compassada e menos rítmica. Era cavalgar, e mais cavalgar, percorrer distâncias não muito grandes, um raio de 10 km, não mais, mas bem difíceis, que ali só havia montes, vales e ribeiras. Se não fossem as oliveiras, cerejeiras, sobreiros e outras árvores de fruto, lembrariam rotas misteriosas na selva de África, sobre as quais já lera tantos livros infantis ou de aventuras. Ali não havia trilhos nem estradas, além do caminho, bem pisado por cavalgadas, muito estreito e poeirento, que nos unia à aldeia mais próxima. Um dia caí do macho ou mula no empedrado do Sendim da Ribeira e não me magoei muito, mas meses mais tarde descobri uma lesão congénita na coluna.

Os relógios haviam parado e o tempo parecia eterno, deixava-me embalar nele e vogava ao sabor da cavalgada. Atravessavam-se rios e ribeiros e escalavam-se montes a perder de vista sem sinal de gente. As aldeias eram poucas e afastadas quilómetros por picadas e trilhos. Depois vinha para casa ao entardecer, contar as proezas das cavalgadas e após um último olhar às estrelas infundas era o dormir dos santos e justos. Ao domingo fazíamos o percurso lentamente, com a prima e tia sentadas em cima da albarda dos jumentos, de pernas à banda, rumo à Igreja mais próxima, no Sendim da Ribeira. Nessa época as aldeias tinham gente e os padres iam sempre lá, domingo após domingo. Era o evento da semana quando se viam as pessoas todas, reunidas nos melhores fatos domingueiros, muitos deles já puídos até ao fio, herdados do casamento, que na vida do campo só se botava fato para ir à Repartição ou à missa. Quando os padres não residiam na aldeia (por terem várias na sua jurisdição e nem em todas tinham casa) faziam o circuito das aldeias vizinhas e celebravam missa após missa, aldeia após aldeia, burro após burro, por entre a canícula de inverno e as neves inverniais. Guardo memória detalhada visual dos sítios e da gente.

²¹ A zona de caça municipal de Valpereiro, a área florestal, silvopastoril e agricultura na encosta nascente da Serra de Bornes, até à Ribeira das Cavas, proveniente da Barragem da Camba, envolvendo as localidades de Felgueiras, Agrobom, Castelo, Valpereiro e Saldonha é um autêntico paraíso para o desenvolvimento e reprodução de animais de caça grossa.

Quando entre 2002 e 2005 tentei percorrer esses locais, descobri estradas novas onde dantes havia trilhos e picadas. Alguns sítios tinham perdido a imagem misteriosa e mística da juventude e da memória de gentes perdidas. A Quinta da Bendada, herdada por uma prima (viúva do Zeca do *De Soto*), abandonada e decadente, fora vendida a um ator de telenovelas, Tó Zé Martinho ou coisa que o valha. Por vezes gostava de poder ter uma máquina do tempo e regressar a essas memórias, mas só o podia fazer através de linhas destas no ecrã do monitor. Vim a saber em 2017 que a casa fora, entretanto, demolida.

O Sendim da Ribeira, da antiga Freguesia, juntamente com a anexa de Sardão, pode ser uma das mais antigas do Concelho, de origem visigótica e na zona existe um topónimo "castelo", que pode andar associado à existência de um castro, cujos vestígios, contudo, são difíceis de identificar. A Igreja seiscentista foi profundamente renovada em 1972. Em 2006 tinha 128 habitantes, 92 em 2011 e hoje menos. A Freguesia foi extinta em 2013, e agregada à de Parada. O Sendim da Ribeira fica num buraco, no fundo dum vale, e em volta há, para sul: os Cerejais, Ferradosa, Parada; para leste Vilar Chão; a norte, Vale Pereiro, Saldonha, e para oeste Gouveia e Sendim da Serra. Estas terrinhas eram servidas por estradas municipais ou caminhos de terra batida, mas os montes circundantes tinham estradas de acesso a Alfândega da Fé, a Macedo e a Mogadouro, e era espantoso ver (de hora a hora, na melhor das hipóteses, que o movimento era pouco na década de 60) pequenas luzes dos tremeluzentes faróis amarelados de viaturas a atravessarem os montes, por entre relâmpagos que iluminavam o vale. Memorável. As imagens ficaram guardadas na memória. Há fotografias destas que não estando em negativo, jamais amarelecem na memória.

Guardo memórias mais assustadoras da *Casa do Alto* no Sendim da Ribeira, pertencente à tia e primas do Azinhoso, de onde se ia à missa e, onde, por vezes, se ficava (quando precisavam de mantimentos na Quinta da Bendada e era tarde para regressar). Ali, naquela casa era um espanto ver as inúmeras trovoadas à noite, valia a pena ver o espetáculo dos raios a caírem a toda a volta do fértil vale. Indescritível lembrança que guardo com olhos adolescentes. Lembrava-me, e nunca esqueceria, as trovoadas fortes em pleno verão, durante as quais corríamos todos para debaixo das camas, embrulhados em cobertores de papa, a rezar a Sta. Bárbara a pedir que passasse. Muitas eram trovoadas secas, as mais perigosas, tanto mais que a casa era o ponto mais alto da aldeia e o ribombar dos trovões ecoava como um temível castigo divino sobre a cabeça dos pecadores. Ainda tremo hoje quando há trovoadas secas, já não rezo à Sta. Bárbara, mas recuperei, na casa da Eucísia, os cobertores de papa para uma emergência. Foi nessa casa que me estreei nas “lides artísticas”, convidando jovens da aldeia para me virem ouvir recitar e cantar (mal) do cimo das escadas, ficando à espera de aplausos. Era o grande entretenimento numa terra onde a palavra era quiçá desconhecida. Há anos encontrei no meio dum livro, um pedaço de papel com os nomes das melodias.

Foi na década de 1960 que se instalaram postos de PBX nas aldeias, um sistema de cavilhas com doze extensões a ligarem as pequenas centrais às pessoas. Os meus tios-avós no Sendim da Ribeira (pais de dois primos que vim a reencontrar décadas mais tarde, aqui nos Açores onde se radicaram em 1960 e em 1975) tinham uma venda na qual estava instalado o Posto Telefónico da Anglo-Portuguesa de Telecomunicações ou ATP²². O Posto ATP 137 era o único contacto com a civilização. As aldeias, tantas vezes isoladas durante os nevões de inverno, sempre avessas a qualquer mudança ou modernice não acolhiam bem o telefone e só havia meia dúzia de linhas ligadas. Era importante para quem tinha um aparelho daqueles em casa, com a sua manivela a dar e a dar, não esperar muito por alguém no Posto para atender o saudoso PBX de cavilhas. Estas tinham que se colocar na ranhura. Quando a chamada entrava na central, a tampinha caía e havia que enfiar as cavilhas de dois fios nas ranhuras cujas tampas tinham

22 [a que se seguira (1968) a TLP (Telefones de Lisboa e Porto) em 1994 passaria de Telecomunicações de Lisboa e Porto a PT Comunicações e em 2017 a ALTICE]

caído. Depois, havia auscultadores de baquelite preta, pesados, com microfone através dos quais se perguntava a quem telefonava, para onde queria ligar, qual o número, etc. Trocavam-se dois dedos de conversa enquanto se discava o número, para a Central Telefónica (Regional ou Nacional). Quando o interlocutor respondia trocavam-se as cavilhas e as pessoas podiam falar. O período da manhã era muito calmo, quase sem chamadas, aumentava ligeiramente até à hora de jantar, depois raras vezes tocava.

Para um jovem como eu, era um entretenimento delicioso controlar esta forma de comunicação e saber simultaneamente o que se passava, quem falava com quem, ao mesmo tempo que me permitia ir conhecendo “virtualmente” a meia dúzia de pessoas que habitavam nas redondezas. Este sistema permitia transmitir mensagens, notícias e outros avisos numa era em que os rádios mais potentes captavam bem as emissões espanholas e mal as portuguesas, a televisão não chegara àquelas paragens, e a luz elétrica era uma miragem.

A TV espanhola veio décadas antes da portuguesa. Os jornais chegavam atrasados pois apesar de usarem os comboios diários da Linha do Douro e suas ramificações, não havia carreiras de camionagem regulares para os sítios mais interiores e muito menos para aldeias sem estrada como eram as aldeias da família: Eucísia, Azinhoso ou Sendim da Ribeira. No inverno, muitas vezes, ficavam isolados e a estrada de terra batida intransitável. O mundo podia acabar que só viriam a saber bastante mais tarde. Ainda hoje me apetecia viver em sítios assim.

Doutra coisa estava certo: jamais esqueceria o cheiro a carvão e as fagulhas que saltavam da locomotiva nas viagens que fiz do Porto ao Tua e depois no ramal da Linha do Tua em direção a Bragança, quando se saía, creio que na base da Serra de Bornes em Grijó (terra do Professor Adriano Moreira), antes de chegar a Macedo de Cavaleiros. O troço Mirandela e Bragança foi encerrado definitivamente a 15 dezembro 1991. E é esse passado mítico que os modernos governantes estão a querer roubar-me, a violar a minha juventude e as memórias perdidas e isso, jamais lhes perdoarei. Cambada de novos-ricos, ignorantes e alarves. Juntemo-nos todos para salvar²³ a linha do Tua que é minha e dos que amam esta região, única no mundo. É o nosso património que eles querem dilapidar.

58.6. MOGADOURO

Tinha começado a namorar seriamente aos 16 com alguém que a família não considerava compatível com os pergaminhos. Vivia longe. Correspondíamos-nos às escondidas, ela era seis anos mais velha. As missivas iam para casa doutrem e escondidas. Até um dia em que o meu pai descobrira os tacos do parque desequilibrados e destapara epístolas de quentes confissões amorosas. Uma paixão anormal. Namoro condenado. Eu no Liceu, ela na Faculdade de Letras em Coimbra. Eu não o via assim. Bom para a imagem, para o ego e sabe-se lá para que mais. Era prima direita das primas do Azinhoso. Constavam coisas, boatos, intrigas e escárnio. Uma vez, em férias na Eucísia, ela foi, de carro de praça (táxi), visitar-me. Demorava mais de duas horas de Mogadouro e custava um balúrdio. Fazia viagens ao Porto às escondidas de todos, telefonemas infundáveis, cartas diárias, o gosto e incentivo pelos escritos poéticos do adolescente. Vivia no então imponente, atualmente decrépito e arruinado, solar²⁴ dos Pimentéis²⁵.

²³ (nota posterior: de nada serviram os milhares de abaixo-assinados e petições, filmes, idas à Assembleia da República). A voragem capitalista da EDP e dos interesses das barragens tudo soterraram.)

²⁴ Proteção: Imóvel de Interesse Público, Dec. nº 2/96, DR 56 de 6 março 1996. Embora se desconheça o arquiteto, parece ter influências de Nazoni.

²⁵ https://www.youtube.com/watch?v=WW_I7e2vjwg O Solar dos Pimentéis residência solarenga na EN 221, 5 km depois de Mogadouro, em direção a Moncorvo. Diz Luís Pardal: “O solar barroco com espaços verdes similares aos do Palácio de Mateus em Vila Real. Ostenta uma imponente fachada, com largas pilastras, um dos mais elegantes do distrito de Bragança. Foi mandado construir, em 1752, pela família dos Távoras, adquirindo brasão, em 1795, por carta de D. José I. Mais tarde, por outro Decreto Real, é conferida à família Morais Pimentel a propriedade. São os primeiros proprietários da alta aristocracia com gostos requintados pelos diferentes títulos e pelos cargos como o de vice-rei na Índia e embaixadores nas cortes europeias. O Imóvel possui 365 portas e janelas, uma por cada dia do ano”. Outra versão alega que foi mandado construir pela família do governador do Rio de Janeiro “Castro Morais” (eram da terra, militares da casa real e comendadores de Santa Maria a Velha de Castelo Branco a par da casa de Távora). Como as coisas correram mal aquando da tomada do Rio pelos franceses

Mal entrei na Faculdade comecei a ir ter com ela aos fins de semana a Coimbra, à boleia ou de comboio. Fui muitas vezes com o falecido oftalmologista Rufino Ribeiro. O filho (Paulo) frequentava a Faculdade em Coimbra e mais tarde (1996) seria meu oftalmologista. Fiquei em "Repúblicas" de estudantes, passei fins de semana em latadas, "Queima das Fitas", idílios no Jardim Botânico ou na Quinta das Lágrimas. Para passar o fim de semana fora sem levantar suspeitas inventei uma história sólida. Como me dava bem com outro parente, o jovem Francisco Bernardo Correia Leite Sampaio de Almada-Lobo (Azenha²⁶), que era da minha idade e andava em engenharia, resolvi improvisar. Dizia que ia para a quinta dele, fazendo detalhada descrição dos salões da casa senhorial sem lá ter ido, para os lados de Vizela. Um dia tudo acabou nem sei por quê ou quando. Há paixões que se assemelham a furacões, umas destroem tudo, outras nem rasto deixam. Vidas que pareciam impossíveis sem a presença do outro prosseguem sem recordações. A minha prima que tanto se opusera ao namoro fez questão de eu a rever (em 1988), numa cena caricata aquando dum as férias australianas em que escalei o Mogadouro. Envelhecida (mais do que seria de imaginar), casada com um ex-pai e mãe de crianças rabugentas. Doméstica e domesticada, dona-de-casa-deseesperada como as da série televisiva, sem interesse, nem conversa, não se vislumbravam nela sombras da antiga flama. Destilava veneno, inveja, fel e bÍlis nos instantes em que trocamos palavras. Abençoado ex-pai que a perdoaria.

As únicas férias em que não fui a Trás-os-Montes coincidiram com os anos finais do liceu.

O Concelho de Mogadouro, a uma altitude média de 700 m., estende-se por 756 km², numa zona planáltica. As exceções são os conhecidos "cumes do Mogadouro", que se elevam a 900 m. É um território, repartido pelas bacias dos rios Douro e Sabor. Uma população de vinte mil habitantes em 28 freguesias. A vida está definitivamente interligada ao clima com duas faces distintas: inverno rude, frio, muita chuva e neve; verão muito quente, típico dos climas continentais, sufocante. Na economia doméstica o porco, ocupa um lugar indispensável. Os recos ou laregos, são criados com todo o carinho, para a ocasião, quase ritual, da matança. Além dos presuntos, as alheiras, os bulhos (chouriços de ossos), os chouriços de sangue, as linguças, as bochas, os chabianos, os vilões, as tabafeias, e o salpicão, são os reis da gastronomia, onde se destaca a célebre posta (naco de vitela da raça mirandesa, criada em pastos naturais, assada na brasa), a marrã (porco na brasa), a sopa de xis, as cascas com bulho (vagens de feijão, secas, cozidas com bulhos, bochas, carne de porco gorda etc.), as sopas das segadas, o cabrito serrano, o cordeiro churro (assado na brasa), as nabiças e os queijos (cabra e ovelha churra), o mel, os "económicos", os "roscos", os "matrafões", "as rosinhas" (doce de Bruçó), os "formigos" e o foliar da Páscoa.

Por Mogadouro passaram os mais diversos povos, vestígios celtas, muçulmanos, Templários e dos Távoras, arqueológicos ou arquitetónicos, povoam as freguesias do Concelho. Muita coisa foi destruída pela febre assanhada da vingança pombalina contra a nobre família.

Quanto à origem do nome Mogadouro, excetuando teorias fantasiosas ou menos credíveis como a muçulmana, a mais corrente é do Professor Adriano Vasco Rodrigues: "Mógo significa marco implantado, como separação ou divisão de um território. Tem o mesmo significado que moiom ou linde, baliza para demarcar uma área. O termo foi importado da linguagem popular. O marco do Douro, o Mogadouro, terá nascido assim".

Rosa de Viterbo, no Elucidário, no séc. XVIII, cita que a palavra mógo está ligada a marco de separação dos terrenos, sendo usado em Ansiães. Os testemunhos mais antigos datam do séc. IV a.C. a mamoa em Pena Mosqueira, Sanhoane, e outra no Barreiro, Vilar do Rei. Do Paleolítico, nada se encontrou. Vejamos o que diz o Dr. Domingos Marcos e o texto de Rui

este veio aposentado para a aldeia e as filhas casaram com familiares dos Pimentéis e Sarmento que, por via varonil, são herdeiros do dito palacete.

²⁶ filho do Marquês de Pico de Regalados e 5º Conde da Azenha (título criado em setembro de 1852),

Cunha e Maria João Cunha: Do Calcolítico, transição do Neolítico para a Idade dos Metais ou Bronze Final, parecem ser as pinturas rupestres da Fraga da Letra, junto ao castelo de Penas Róias. Da Idade do Ferro, pouco se conhece.

O Dr. Hermínio Augusto Bernardo, no estudo, "Povoados Castrejos Portugueses e Espanhóis da Bacia do Douro Internacional", enumera castros no Concelho: Castelo dos Mouros (Bruçó); Castelo dos Mouros (Vilarinho dos Galegos); Peredo de Bemposta; Castelo, presumivelmente um Castro (Bemposta); Castelo de Oleiros (Urrós); Cerca e Caçarelhos, Picão da Bouça d'Aires (Urrós). Neste último castro romanizado existe um santuário rupestre chamado "Altarico".

Existem muitos mais espalhados pelo Concelho, como o castelo de Mogadouro assente sobre um Castro. A partir do I milénio a.C. começaram a chegar povos do centro da Europa, do grande ramo Celta. Um povo mencionado por Estrabão e referido em aras votivas em Castro de Avelãs (Bragança), os Zoelas segundo vários autores, iriam das serras da Nogueira, Sanábria e Culebra a Mogadouro, com elementos de cultura singular, estelas funerárias decoradas com suásticas circulares, simbolizando o sol, e motivos zoomórficos, o porco e o veado. Não se sabe se os Zoelas faziam parte dos invasores de origem centro-europeia, eventualmente céltica, ou se seriam autóctones peninsulares como os Ástures Augustanos.

Posteriormente, a ocupação romana traz modificações significativas, promoveram o arroteamento dos campos para permitir a cerealicultura extensiva, fixaram-se em estruturas construtivas organizadas, as vilae, fortificaram infraestruturas existentes, como o castelo de Penas Róias, romperam estradas que ligaram a região à Capital Asturica Augusta (Astorga), capital da Hispânia Citerior, à qual pertencia Mogadouro.

É de registar, desta época, o berrão de Vila dos Sinos (perto de Vilarinho dos Galegos), a estela funerária de Sanhoane e o curiosíssimo altar votivo de Saldanha. Depois da queda do Império Romano do Ocidente (séc. V d.C.), os invasores, Suevos ou Visigodos deixaram necrópoles medievais de Algosinho e Urrós, com túmulos antropomórficos.

Durante a Idade Média, os ataques de Leão e Castela tinham aqui uma decisiva barreira. Foram edificados os castelos de Penas Róias (1166) e Mogadouro, ligados aos de Algosinho, Miranda do Douro, Outeiro e Vimioso. Mogadouro recebeu foral (D. Afonso II) em 1272. Os Templários a quem a vila havia sido concedida construíram a muralha que D. Dinis concluiria. Após o séc. XV, a vila foi dominada pelos Távoras que edificaram um soberbo Palácio, tendo, como senhores de Mogadouro, assumido importante papel na defesa de Trás-os-Montes. Ao Marquês de Pombal se fica a dever a quase total destruição da antiga riqueza e dos seus palácios.

O Concelho nem sempre teve a configuração atual, algumas povoações foram circunscrições independentes, com autonomia política e administrativa, rivalizando em importância social e económica com a atual sede. É o caso de Azinhoso, Bemposta, Castro Vicente e Penas Róias, antigas vilas com foral e concelhos com pelourinhos subsistentes (à exceção de Penas Róias) e justiças próprias.

Na documentação oficial há séculos, a mais tradicional Feira é a dos Gorazes. Viterbo encontra a origem da palavra no nome Gorazil ou Gouarazel. A festa anunciava o tempo da matança dos porcos e de cumprir as obrigações fiscais aos «senhores do Mogadouro», justamente com carne de porco.

"Os Gorazes anunciavam o começo da época da matança; as pessoas iam aos Gorazes comprar a primeira marrã". Na feira "havia um dia para a feira dos burros, - dia 15; a 16 a feira normal; e a 17 era a feira do gado". Do ponto de vista social, era um acontecimento de grande importância, "vinha gente de todo o lado, a pé, a cavalo, e pernoitavam; cantava-se à desgarrada, jogava-se às cartas e dava-se início a namoricos".

Em Sendim de Miranda, «Grazes» (como diz o povo) é a feira onde se vendem burros, mulas e cavalos desde há quase 300 anos, mas está a descaraterizar-se pelas alfaias industriais, pelo negócio dos chineses e dos vendedores da banha da cobra. Mas encontram-se ainda os chapéus e os lenços pretos dos velhos e velhas que descem das aldeias e ali se instalam a vender queijo artesanal, cebolas, dióspiros, marmelos, romãs... Dentro de poucos anos já não será possível fazer, assim, retratos de «velhos Gorazes».

Essa tue tan grande feira

*De trinta de Outubro yê tal
Que nun beio nestas tiêrras
Outra que le seia eigual.*

O paganismo, também tem o seu lugar, em festas como o “Velho Chocalheiro”, em Bemposta, o “Farandulo” de um “indivíduo” de cara alegre e risonha que se chama Tó, ou das Festas da Bexiga em Bruçó. Em visita por Mogadouro, o escritor José Saramago percebeu bem o espírito da região. Deixou impressões em “Viagem a Portugal”:

“O viajante é natural de terras baixas, lá para o sul, e, sabendo pouco destes montes, esperava-os maiores. Não faltam os acidentes, mas são tudo colinas de boa vizinhança, altas em relação ao mar, mas cada qual ombro com ombro, da qual está próxima e todas perfiladas. Em todo o caso, se alguma se atreve um pouco mais ou espigou de repente, tem o viajante uma diferente noção destas grandezas, não tanto pelo que está perto, mas pela vultosa serra ao longe. Chegando-se-lhe, percebe-se que a diferença não era assim tão grande, mas bastou para promessa de um momento. A linha férrea que vai ao lado da estrada parece de brincadeira, ou restos de solene antiguidade. O viajante, cujo sonho de infância foi ser maquinista de Caminhos-de-Ferro, desconfia que a locomotiva e as carruagens são desse tempo, objetos de museu a que o vento que vem dos montes não consegue sacudir as teias de aranha. Esta linha é do Sabor, nome do rio que se torce e retorce para alcançar o Douro.”

Por Mogadouro passavam os Caminhos de Santiago:²⁷ há um principal ao nível de Trás-os-Montes (secundário a nível nacional) e vários outros, constituindo uma rede “capilar” de inúmeros caminhos jacobeos. O principal chegava a Mogadouro de Castelo Rodrigo, por duas vias: uma por Freixo de Espada à Cinta²⁸ outra por Moncorvo²⁹. Em Mogadouro o Caminho de Santiago bifurcava-se.³⁰ Depois, havia inúmeros “capilares”, desvios secundários, ao Azinhoso podia chegar-se³¹ de Santiago³², podia chegar-se de Peredo de Bemposta³³ e de Bemposta³⁴. Do sul, antes de Mogadouro, em Zava³⁵, fica a Capela de S. Cristóvão, santo protetor dos caminhantes.

A Matriz de Mogadouro, antecessora da atual, era de estilo românico ou visigodo. Não se sabe quando foi substituída. O Convento de S. Francisco, referido em documentos de 1609 (Frades terceiros), foi ampliado com a data na frontaria, 1689, que deve indicar o ano em que as obras ficaram concluídas. Foi mandado edificar por D. Luís Álvares de Távora, sétimo comendador de Mogadouro (extinto em 1834, com o liberalismo, através de decreto de Joaquim António de Aguiar, o “mata-frades”).

Nos finais do séc. XIX, aquando da candidatura de Trindade Coelho como deputado por Mogadouro o eminente político publica um livro sobre o assunto, “A Minha “Candidatura” por Mogadouro” obra excelente sobre o Mogadouro de finais do século e as confusas tricas políticas da agonia monárquica.

Como referiu João de Araújo Correia: “Era transmontano. Quem o é de raiz não pode ser discípulo de ninguém. Tem dentro de si uma Universidade. Com os olhos postos em Mogadouro, escreveu “Os Meus Amores” - livro que não é livro. É a própria terra do escritor, reproduzida pelo talento de quem lhe quer bem”.

²⁷ <http://concelhos.dodouro.com/jornal/mogadouro.asp>

²⁸ (Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo, Escalhão, atravessava-se o Douro na barca de Barca de Alva, Quinta de Santiago, Freixo de Espada à Cinta, pelo Concelho medieval de Mós, Fornos, Lagoaça, Bruçó, Mogadouro);

²⁹ (Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo, Almendra, Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa, atravessava-se o Douro na barca do Pocinho, Moncorvo, Vilariça, Adeganha, Parada (atravessava-se aqui o Sabor na barca de Sto. Antão da Barca, Mogadouro).

³⁰ um por Mogadouro, Capela de N. Sra. do Caminho, Azinhoso ³⁰depois por uma ponte medieval que ligava a Penas Roias, Algosó, Vimioso, Bragança, outro de Mogadouro, N. Sra. do Caminho, Algosinho³⁰, Ventoselo³⁰, Urrós, Sendim ³⁰, Miranda do Douro

³¹ (neste, ficava o monóptero de S. Gonçalo, santo associado aos caminhos)

³² por Variz, Castanheira, Valcerto, Algosó, Campo de Víboras, Vimioso; a Santiago (Vila de Ala), importante cruzamento de caminhos

³³ (por Algosinho, Ventoselo, Vila de Ala)

³⁴ (por Lamoso, Tó e Vila de Ala)

³⁵ O nome de Zava (o povo pronuncia Zaba), virá de Zabah que quer dizer, depressão.

As férias transmontanas foram o apogeu da juventude. Jamais as esquecerei e gostava de poder viajar no tempo para as reviver.

